Silves
câmaramunicipal

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS

CONCURSO PÚBLICO N.º 100/SAPR/2020

CADERNO DE ENCARGOS

Silves, 10 de Julho de 2020

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

ÍNDICE GERAL

Parte I – Cláusulas jurídicas 4
Capítulo I 4
Disposições gerais 4
Cláusula 1.ª 4
Objeto 4
Cláusula 2.ª 5
Contrato 5
Cláusula 3.ª 5
Prazo 5
Cláusula 4.ª 6
Preço base 6
Cláusula 5.ª 6
Avaliação, Alocação e Gestão de Seguros 6
Capítulo II 6
Obrigações contratuais 6
Secção I 6
Obrigações do Adjudicatário 7
Subsecção I 7
Disposições gerais 7
Cláusula 6.ª 7
Obrigações principais do adjudicatário 7
Cláusula 7.ª 8
Requisitos da prestação do serviço 8
Subsecção II 8
Dever de sigilo 8
Cláusula 8.ª 8
Objeto do dever de sigilo 8
Cláusula 9.ª 9
Prazo do dever de sigilo 9
Cláusula 10.ª 9
Proteção de dados pessoais de pessoas singulares 9
Secção II 9
Obrigações da Entidade Adjudicante 9
Cláusula 11.ª 9
Preço contratual 9
Cláusula 12.ª 10
Condições de pagamento 10
Cláusula 13.ª 11
Adiantamento de preço 11
Capítulo III 11
Modificação, incumprimento e extinção do contrato 11
Cláusula 14.ª 11
Modificação objetiva do contrato 11
Cláusula 15.ª 11
Subcontratação e cessão da posição contratual 11

Cláusula 16.ª 11
Resolução por parte do contraente público 11
Cláusula 17.ª 12
Resolução por parte do adjudicatário 12
Cláusula 18.ª 12
Penalidades contratuais 12
Cláusula 19.ª 13
Força maior 13
Capítulo IV 14
Caução 14
Cláusula 20.ª 14
Execução da Caução 14
Capítulo V 15
Resolução de litígios 15
Cláusula 21.ª 15
Foro competente 15
Capítulo VI 15
Disposições finais 15
Cláusula 22.ª 15
Deveres de colaboração recíproca e de informação 15
Cláusula 23.ª 15
Transição dos serviços objeto do contrato 15
Cláusula 24.ª 16
Comunicações e notificações 16
Cláusula 25.ª 16
Contagem dos prazos 16
Cláusula 26.ª 16
Gestor do contrato 16
Cláusula 27.ª 16
Legislação aplicável 16
Parte II – Cláusulas técnicas 17
CAPITULO I 17
Cláusula 1.ª 17
Seguro do ramo de acidentes de trabalho 17
Cláusula 2.ª 21
Seguro de grupo de acidentes pessoais para os eleitos locais 21
Cláusula 3.ª 23
Seguros do ramo de acidentes pessoais destinados às corporações de bombeiros voluntários de Silves e de São Bartolomeu de Messines 23
Cláusula 4.ª 26
Seguro do ramo de acidentes pessoais – atividades desportivas, culturais e recreio de natureza eventual e periódica 26
Cláusula 5.ª 29
Utentes das Colónias de Férias - OTL 29
Cláusula 6.ª 31
Seguro do ramo de acidentes pessoais – CEI (Contrato Emprego Inserção), CEI+, Estágios PEPAL e Ações de Voluntariado 31
CEI (Contrato Emprego Inserção), CEI+ 31
Voluntários 34
Cláusula 7.ª 35
Acidentes Pessoais – CPCJ Comissão proteção crianças e jovens 35

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

Cláusula 8.ª **36**
Seguro do ramo automóvel **36**
Cláusula 9.ª **40**
Seguro do ramo multirriscos **40**
Cláusula 10.ª **46**
Seguro do ramo de responsabilidade civil autarquia **46**
Cláusula 11.ª **52**
Seguro do ramo multirriscos para peças de arte **52**
Cláusula 12ª **53**
Ramo – Responsabilidade Civil – Animais **53**
Cláusula 13.ª **55**
Ramo – Máquinas-casco **55**
Cláusula 14.ª **56**
Ramo – Marítimo-Recreio **56**
ANEXO I **59**
Seguro do Ramo de Acidentes Pessoais - Instalações Desportivas **59**
ANEXO II **60**
Seguro do Ramo Automóvel – Caracterização dos veículos e identificação das respetivas coberturas. **60**
ANEXO III **61**
Seguro do Ramo Multirriscos – Listagem dos bens imóveis e recheio com valor **61**
ANEXO IV **62**
Seguro do ramo multirriscos - Obras de arte **62**
ANEXO V **74**
Seguro do Ramo Responsabilidade Civil – Animais **74**
ANEXO VI **75**
Responsabilidade Civil – Parques Infantis **75**

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I – Cláusulas jurídicas

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por concurso público, com publicação de anúncio, em simultâneo, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, que tem por objeto a prestação de serviços de seguros, de acordo com as caraterísticas e definições técnicas dos ramos de seguro a contratar descritos na parte II deste documento - cláusulas técnicas.

2 – O concurso abrange a cobertura do universo de riscos que decorrem da atividade da entidade adjudicante, identificada no artigo 2.º do Programa de Procedimento, enquanto entidade gestora de meios humanos e patrimoniais.

3 – O objeto do contrato a celebrar tem por objeto a transferência, para uma seguradora, dos riscos referidos nas cláusulas técnicas presentes na Parte II do presente Caderno de Encargos com seguintes lotes:

Lote 1:

a) Seguro do ramo de acidentes de trabalho;
b) Seguro do ramo multirriscos;
c) Seguro do ramo multirriscos para peças de arte;
d) Seguro Máquinas- Casco;
e) Seguro Marítimo-Recreio.

Lote 2:

a) Seguro de grupo do ramo de acidentes pessoais para os eleitos locais;
b) Seguro de grupo do ramo de acidentes pessoais destinados às corporações de bombeiros voluntários de Silves e de São Bartolomeu de Messines;
c) Seguro de grupo do ramo de acidentes pessoais – atividades desportivas, culturais e recreio de natureza eventual e periódica;
d) Seguro de grupo do ramo de acidentes pessoais – OTL;
e) Seguro do ramo de acidentes pessoais – CEI (Contrato Emprego Inserção), CEI+, Estágios PEPAL e Ações de Voluntariado;
f) Seguro de grupo do ramo de acidentes pessoais – CPCJ;
g) Seguro do ramo automóvel
h) Seguro do ramo responsabilidade civil autarquia;
i) Seguro do ramo responsabilidade civil animais – Quinta Pedagógica e Programa CED;

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, e a sua execução obedece:

a) Às cláusulas do contrato, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e aceites pelo adjudicatário nos termos do respetivo artigo 101.º, e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

b) Ao CCP;

c) À restante legislação e regulamentação aplicável, incluindo o regime subsidiário do direito civil e os regimes específicos relativos à tipologia dos seguros contratados.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, O contrato a celebrar integra, para além desse clausulado e sem prejuízo do estabelecido no n.º 4 do artigo 96.º do CCP, ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 50.º do CCP;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

f) Todos os demais documentos referidos no clausulado ou no caderno de encargos com efeitos conformadores do contrato.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do código dos contratos públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - O contrato escrito será sujeito à Fiscalização do Tribunal de Contas.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo período de 12 meses, entrando em vigor no dia útil seguinte à outorga do mesmo, prorrogável por iguais períodos até um máximo de 36 meses, ou até ser esgotado o valor contratual (conforme o descrito na cláusula 11.ª do presente Caderno de Encargos).

2..O contrato pode ser rescindido inequivocamente e por escrito, por qualquer das partes, mediante carta registada com aviso de receção, até 30 dias antes do termo da anuidade em curso e em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Preço base

1 - No âmbito do procedimento em consideração, o preço máximo que esta Edilidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato é de **305.283,00 €**, para doze meses e **915.849,00€**, para trinta e seis meses de contrato (ambos os valores isentos de IVA), que corresponde ao valor para todos os ramos de seguros apresentados.

2 - Nos termos do n.º 3, do art.º 47.º do CCP, o preço base foi aferido considerando os valores do anterior procedimento, no entanto o mesmo foi incrementado derivado aos seguintes fatores:

I. Aumento da frota automóvel;
II. Aumento da massa salarial;
III. E ainda a taxa de sinistralidade do município, que influencia significativamente o prémio a pagar.

3 - O preço base é fixado para cada um dos Lotes em:

Lote 1 – 627.660,00 €

Lote 2 – 288.189,00 €

Cláusula 5.ª

Avaliação, Alocação e Gestão de Seguros

1. Após decisão de adjudicação, o Município de Silves indicará à Seguradora, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 48.º da Lei n.º 7/2019 de 16 de janeiro na sua redação atual, a empresa de Mediação de Seguros, com quem estabeleceu contrato, que se encarregará de implementar a colocação dos seguros contratados.

2. Após a colocação dos seguros na seguradora adjudicatária, a mediadora de seguros continuará a apoiar o Município em tudo que se relacione com a gestão da sua de seguros, desenvolvendo as diligências necessárias à gestão, conferência, atualização e reconversão das apólices, bem como ao acompanhamento e regularização dos sinistros, nos termos da legislação em vigor.

3. Dos trabalhos a desenvolver pela mediadora de seguros não poderão resultar quaisquer ónus ou encargos para o Município de Silves, não podendo igualmente a seguradora adjudicatária invocar a condição da mediadora de seguros, como entidade gestora da carteira de seguros do Município, para alterar as condições propostas a concurso.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a) Não proceder a qualquer alteração das taxas, prémios e coberturas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, com exceção do previsto nas alíneas seguintes:

i. É permitida a alteração das taxas das apólices se tiver por fundamento disposição legal ou norma emanada da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

ii. Os prémios são suscetíveis de atualização ordinária, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e do número de pessoas seguras, bem como do património móvel e imóvel;

b) Dar resposta a qualquer solicitação da entidade adjudicante, no prazo máximo de 24 horas;

c) Disponibilizar, na sua estrutura, um gestor de conta responsável pela gestão das apólices, que será o contacto privilegiado e direto para a resolução de quaisquer aspetos relacionados com aquelas.

d) O adjudicatário deverá garantir a correta cessação dos contratos das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo plano de seguros;

e) Emissão de relatórios de sinistralidade, por apólice de seguro, com uma periodicidade semestral. Tais relatórios deverão ser entregues ao adjudicatário até 30 dias após o termo do período a que se referem;

f) Os relatórios referidos na alínea anterior deverão incluir, pelo menos, os seguintes dados: data e causa do sinistro, valor indemnizado, ponto de situação, cobertura acionada, número de dias de incapacidade temporária ou total do acidentado.

g) A atualização dos capitais é feita anualmente de acordo com as variações dos índices IE (edifícios), IRH (recheio) ou IRHE (recheio e edifício), publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

h) Em caso de sinistro o adjudicatário não deverá aplicar a regra proporcional se a diferença entre a globalidade dos capitais seguros e o correspondente valor global de substituição for inferior ou igual a 25% destes últimos.

i) Em qualquer apólice emitida no seguimento do presente procedimento, sempre que a apólice cesse antes do período de vigência estipulado, a entidade adjudicatária deve proceder ao estorno do prémio, calculado pro

rata temporis, independentemente de estarmos perante apólices com renovação periódica ou de apólices temporárias;

j) Dar cumprimento ao estipulado nas obrigações enunciadas na parte II deste caderno de encargos - cláusulas técnicas -, e demais obrigações contratuais;

k) Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante os fatos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definida neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;

l) Não alterar as condições da prestação do serviço fora dos casos previstos neste caderno de encargos;

m) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

n) Efetuar as contrapartidas de natureza quantitativa, e aceites pelo Município de Silves, a conceder no âmbito do regime do mecenato, para apoio a iniciativas de índole social, cultural e recreativas desenvolvidas por aquele.

2 - As alterações resultantes do enunciado na alínea a) do número anterior dão origem à emissão de prémio e/ou estorno, consoante o caso.

3 - As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na subalínea i. da alínea a) do número 1 da presente cláusula, produzem efeitos nas datas do vencimento das apólices a que respeitem e devem ser comunicadas à entidade adjudicante com a antecedência de 30 dias, por meio de transmissão eletrónica de dados ou correio registado, ambos com aviso de receção.

Cláusula 7.ª

Requisitos da prestação do serviço

1 — A proposta de cobertura de riscos visa prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade adjudicante, e a ela imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, munícipes e população em geral.

2 — Deverá ser disponibilizada uma linha telefónica para a entidade adjudicante, para apoio permanente (24 horas por dia / 7 dias por semana) à ocorrência de sinistros. Aquela linha telefónica servirá igualmente para marcação de peritagem no prazo de 24 horas.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1 — O adjudicatário, seus trabalhadores e subcontratados deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de ordem judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª

Proteção de dados pessoais de pessoas singulares

1. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 11.ª

Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço que resultar da proposta adjudicada.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à execução do contrato, cuja responsabilidade não seja expressamente ressalvada.

3 - Não está incluído no preço contratual o acréscimo ou decréscimo do preço a pagar em resultado de:

a. Modificação objetiva do contrato;

b. Alterações resultantes do indicado no i) e ii) da alínea a) do n.º 1 da cláusula 6ª.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1 — As condições de pagamento são as estabelecidas em conformidade com o disposto nos artigos 299.º e 299-A do CCP e com a observância do estipulado nos números seguintes:

2 — O pagamento do prémio será efetuado através de cheque emitido à ordem do adjudicatário no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação fatura eletrónica e ou dos esclarecimentos de dúvidas referentes às mesmas. e após parecer favorável dos serviços competentes.

3 — Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e anulação da anterior.

4 - A seguradora aceita não proceder à anulação das apólices até 30 (trinta) dias contados a partir da data de vencimento, desde que haja aceitação da dívida por parte do Município, e, o seu compromisso de proceder ao pagamento naquele prazo.

5 - O pagamento dos prémios referentes às apólices é fracionado, sem encargos adicionais, com a periocidade seguinte:

- Seguro de acidentes de trabalho – Trabalhadores em funções públicas: trimestral;
- Seguro de acidentes pessoais – Autarcas: anual;
- Seguro de acidentes pessoais – Bombeiros: anual;
- Seguros de acidentes pessoais – Utentes de instalações desportivas: anual;
- Seguros de acidentes pessoais – Atividades desportivas, culturais e de recreio: anual;
- Seguro de acidentes pessoais de ocupação de tempos livres e visitas de estudo: anual;
- Seguro de acidentes pessoais – Programas CEI e CEI +: anual;
- Seguro de acidentes pessoais – CPCJ: Anual;
- Seguro de multirriscos: anual;
- Seguro automóvel: anual;
- Seguro de responsabilidade civil extracontratual: anual;
- Seguro de responsabilidade civil animais – quinta pedagógica e programa CED – anual;
- Seguro máquinas casco: anual;
- Seguro marítimo recreio: anual.

6 - Os avisos/recibos apresentados pelo prestador de serviços, a partir de 18 de Abril de 2020, são acompanhados da respetiva fatura eletrónica que, nos termos do artigo 299.º -B do CCP, contenha os seguintes elementos: identificação do

processo e da fatura, período de faturação, descrição do cocontratante (entidade, NIPC e morada), descrição do contraente público (entidade, NIPC e morada), indicação do representante fiscal do cocontratante, referência do contrato, condições contratuais de pagamento, descriminação dos valores parciais e total faturados.

Cláusula 13.ª

Adiantamento de preço

No presente procedimento não é admitido o pagamento de adiantamentos.

Capítulo III

Modificação, incumprimento e extinção do contrato

Cláusula 14.ª

Modificação objetiva do contrato

1. O contrato pode ser modificado por acordo entre as partes, quando se verifiquem situações anormais e imprevisíveis, de acordo com o art.º 312.º do CCP.
2. A modificação do contrato tem como limite o definido no art.º 313.º do CCP.
3. A modificação do contrato só pode ocorrer à data da anuidade do mesmo.

Cláusula 15.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do(s) contrato(s) previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o(s) contrato(s), a título sancionatório, total ou parcialmente, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações ou prazos que lhe incumbem, no âmbito do presente caderno de encargos e do contrato a celebrar, nomeadamente:

a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços;

b) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;

c) Incumprimento pelo prestador de serviços de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

d) Não renovação do valor da caução pelo prestador de serviços, nos casos em que a tal esteja obrigado;

e) Se o prestador de serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

f) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;

g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

3 — A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade adjudicante nos termos gerais de direito.

4- A resolução do contrato produz efeitos trinta (30) dias após a receção da respetiva notificação.

SILVES câmaramunicipal

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte do Município, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao adjudicatário proceder à resolução do contrato, conforme disposto no art.º 332.º do CCP, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos previstos no 1.º parágrafo da cláusula 23.ª deste caderno de encargos.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, salvo se fundar no incumprimento de obrigações pecuniárias, de acordo com o estabelecido nos números 3 e 4 do art.º 332.º do CCP.

3 — Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos trinta (30) dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos trinta (30) dias.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1 — No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso das prestações do contrato por parte do adjudicatário, poderá a entidade adjudicante, se assim o entender, interpelá-lo para cumprir pontualmente as tarefas contratadas, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato ou, se for o caso, no prazo fixado pela entidade adjudicante, bem como suportar os danos que esta sofra na sequência de tais atos, bem como ainda, aplicar ao cocontratante uma sanção pecuniária compulsória no valor correspondente a 1‰ do preço contratual, por cada dia em que se mantenha a situação de incumprimento, após notificação para a respetiva supressão.

2 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município considera, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências da falta.

3 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao adjudicatário com as penalidades devidas por este nos termos da presente cláusula, não obstante poder exigir indemnização pelo dano excedente.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções pecuniárias aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual.

5 — Se a entidade adjudicante decidir não proceder à resolução do contrato, o limite referido no ponto anterior é elevado para 30%.

6 — Em caso de resolução do contrato pelo município, por facto imputável ao prestador de serviços, este fica obrigado ao pagamento àquele de uma indemnização fixada, a título de cláusula penal, em 10% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de reclamação de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento, e tendo presente os prejuízos decorrentes para o interesse público.

7 — Sem prejuízo do direito à resolução, e das demais consequências indemnizatórias e sancionatórias, bem como da faculdade estabelecida no artigo 318.º-A do CCP, o incumprimento do contrato legitima, subsidiariamente, o contraente público a adquirir no mercado os serviços em falta, suportando o cocontratante quaisquer custos acrescidos que decorram desse facto, incluindo os relacionados com o eventual acréscimo de preço.

Cláusula 19.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, em prazo razoável, não superior a 48 horas, fazendo-se o oportuno apuramento dos factos e consequências, sob pena de a parte que delas se pretender aproveitar não poder mais invocar os seus direitos, salvo se o caso de força maior a houver também impedido de fazer aquela comunicação.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV

Caução

Cláusula 20.ª

Execução da Caução

1 — A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, **no valor de 5% do contrato e** nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento pelo adjudicatário das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no caderno de encargos;

b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento, defeituoso ou

definitivo, do contrato;

c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

2 — A execução parcial ou total de caução prestada pelo adjudicatário implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 dias após a notificação pelo contraente público para esse efeito.

3 — A caução é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos públicos.

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 22.ª

Deveres de colaboração recíproca e de informação

1 — Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé e sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

2 — Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.ª

Transição dos serviços objeto do contrato

1. As empresas de seguros com as quais o município tem contratos vigentes à data da publicação do anúncio relativo ao procedimento que subjaz ao contrato a celebrar, e que tenham sido concorrentes no âmbito deste procedimento, aceitam, em simples decorrência desta participação e com dispensa de mais formalidades, a anulação das respetivas apólices, na data de início dos contratos que venham a ser outorgados na sequência do procedimento agora adotado, com estorno dos prémios "Pró Rata Temporis", a 100%.

2. A transferência dos contratos existentes à data do início dos novos contratos, na sequência da adjudicação do procedimento, executados por empresas de seguros que não tenham sido concorrentes, efetuar-se-á na data da anuidade de cada apólice.

Cláusula 24.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do código dos contratos públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, e podem ser efetuadas pelos seguintes meios:

a) Por correio eletrónico, com aviso de entrega;

b) Por carta registada com aviso de receção.

2 — As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

3 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.ª

Gestor do contrato

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, é o Chefe da Divisão Financeira, Ricardo Gregório.

Cláusula 27.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omisso no presente Concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo D.L. 111-B/2017, de 31 de agosto (que aprova o Código dos Contratos Públicos) e demais legislação em vigor.

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

Parte II – Cláusulas técnicas

CAPITULO I

Cláusula 1.ª

Seguro do ramo de acidentes de trabalho

1 – Objeto do seguro

O seguro de acidentes de trabalho compreende a transferência para uma seguradora da totalidade da responsabilidade que a legislação em vigor (Lei n.º 98/2009, de 04 de Setembro e em conformidade com os n.º 3 e 6 do art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro na sua redação atual), atribui ao Município relativamente aos trabalhadores no exercício de funções públicas, que sejam contratados por tempo indeterminado ou determinado, inscritos no regime de proteção social, ao pessoal nomeado em comissão de serviço em cargos dirigentes ou equiparados, bem como aos eleitos a tempo inteiro, em consequência de acidentes de trabalho.

O conceito e qualificação de Acidente de Trabalho e da extensão do mesmo que se pretende garantir é exatamente o que está definido nos artigos 8º e 9.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, e no art.º 7º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual.

2 – Âmbito territorial

Portugal, sem prejuízo das deslocações ao estrangeiro, ao serviço da autarquia, por períodos não superiores a 15 dias.

3 – Coberturas

a) Conforme legislação em vigor, incluindo riscos traumatológicos em conformidade com o consignado na legislação aplicável, abrangendo o de trajeto "in itinere" e a extensão territorial para trabalhadores deslocados no estrangeiro até 15 dias. Neste âmbito, as despesas efetuadas em território estrangeiro relativas a assistência médica, medicamentosa ou hospitalar e a transportes ou repatriamento deverão de estar completamente asseguradas pelo adjudicatário.

b) O Local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo da entidade adjudicante.

c) O Tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho.

4 – Pessoas a segurar tanto para subscritores da CGA como para os enquadrados no Regime Geral da Segurança Social

Pretende-se a realização de uma única apólice destinada aos trabalhadores vinculados por contrato de trabalho, tanto para os subscritores da Caixa Geral de

Aposentações como para os enquadrados no Regime Geral da Segurança Social, ou contrato legalmente equiparado, o praticante, aprendiz, estagiário e demais situações que devam considerar-se de formação profissional ou medidas de estágio emprego e, ainda todo aquele que, considerando-se na dependência económica da entidade adjudicante, preste, em conjunto ou isoladamente, determinado serviço.

5 – Âmbito de cobertura

a) Derrogando o que de contrário se encontra exarado nas condições gerais, prevalecem as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99, na sua redação atual.

b) As prestações em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, de acordo com a legislação em vigor.

c) Confere, também, direito à reparação da lesão que se manifeste durante o tratamento da lesão resultante de um acidente em serviço e que seja consequência de tal tratamento.

d) A prestação em espécie compreende, nomeadamente:

1. - Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa. As prestações em causa são devidas até à cura clínica do sinistrado;

1.1 - O direito aos aparelhos de próteses e ortótese abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;

1.2 - Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de prótese ou ortótese de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;

1.3 - A inutilização ou danificação dos óculos do sinistrado em consequência de acidente de trabalho, com ou sem lesão corporal, desde que se traduza em "perturbação funcional" que diminua a sua capacidade de ganho.

1.4 - Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço nacional de saúde, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, ou perturbação funcional resultantes do acidente.

2. - Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais de acordo com o art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 503/99 de novembro:

2.1 - No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência

a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato de trabalho em funções públicas com a 14.ª posição remuneratória, referente ao nível remuneratório 57 da escala salarial do regime geral da carreira técnica superior, a que faz alusão o Decreto-Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevado;

2.2 - Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

d) A prestação em dinheiro compreende:

1. - Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente em serviço, quer no decorrer de uma incapacidade temporária como de uma incapacidade permanente;

2. - Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;

3. - Subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

3.1 - Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;

3.2 - O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

3.3 - O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.

4. - Subsídio para readaptação de habitação;

5. - Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

6. - Despesas de funeral e subsídio por morte:

7. - Pensão aos familiares, no caso de morte.

8. - Particularidades: o acidente de viação é indemnizável com recobro.

9 - A Seguradora fornecerá ao Município caixas de 1ºs socorros com o rácio de 1 caixa por cada 20 trabalhadores pelo período do contrato.

10 - A Seguradora nomeadamente através dos respetivos serviços clínicos, assegurará o preenchimento dos formulários previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 novembro, que sejam da sua responsabilidade

11 - A Seguradora compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Município, para assistir sinistrados de acidentes trabalho;

12 - O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias sedeadas no Município, por forma a isentar, sempre que possível, os

sinistrados de acidentes de trabalho, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora;

13 - A Seguradora disponibilizará ao Município e/ou ao seu Mediador, a faculdade de participação e consulta de sinistros via internet, possibilitando, o acesso privilegiado a informação sobre sinistros, nomeadamente, abertura de processos de sinistro, estado do processo, indemnizações processadas, entre outras;

14 - A Seguradora garantirá aos sinistrados o meio de transporte necessário para as deslocações para fora da área do concelho, necessária à sua assistência clínica, sem que o sinistrado tenha de efetuar previamente o pagamento;

15 - A Seguradora disponibiliza ao sinistrado, a seu pedido, informação sobre a sua situação clínica, inclusive exames e relatórios médicos.

6 – Capital em risco

Seguro a Prémio Variável – o contrato cobre um número variável de pessoas seguras, com retribuições seguras também variáveis, sendo consideradas pela seguradora as pessoas e as retribuições identificadas nas folhas de vencimento que devem ser enviadas mensalmente à seguradora pelo Tomador do Seguro.

Estimativa do volume total de salários anuais (14 meses): **9.588.345,70 €.**

Número de trabalhadores: **739**

N.º de trabalhadores subscritores da Caixa Geral de Aposentações: **342**

N.º de trabalhadores enquadrados no Regime Geral da Segurança Social: **397**

A entidade adjudicatária fica obrigada a avisar por escrito a entidade adjudicante do montante a pagar com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou fração deste, mesmo nas frações de periocidade igual ou inferior a três meses, mesmo que na documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar.

No final do ano civil ou aquando da cessação do contrato, é efetuado o acerto, para mais ou para menos, em relação à diferença verificada entre o prémio provisório e o prémio definitivo, calculado em função do total de retribuições efetivamente pagas durante o período de vigência do contrato.

7 – Pagamento de incapacidades temporárias e despesas médicas

As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.), serão calculadas de acordo com os art.ºs 15 e 19 do Dec. Lei 503/99,tendo por base o salário ilíquido e serão liquidadas ao Município de Silves, figurando este como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra de baixa por Acidente de Trabalho.
As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

8– Participação de Sinistros

O Adjudicatário deverá garantir o envio das participações de sinistro em suporte digital ou correio eletrónico, conforme preceituado no n.º2 do art.º 87.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro.

9– Índices de Sinistralidade.

1 – A apólice atual encontra-se na companhia de seguros Fidelidade, com o número AT64447285.

Cláusula 2.ª

Seguro de grupo de acidentes pessoais para os eleitos locais

1 – Âmbito de cobertura

Pretende-se um seguro de acidentes pessoais **sem franquias** em despesas de tratamento para os eleitos dos órgãos Municipais (Câmara e Assembleia) que garanta inclusive a perda de salários e subsídios que o eleito perca na sua atividade profissional em consequência de sinistros ocorridos, quando em serviço dos respetivos cargos, de acordo com o artigo 17.º da Lei n.º 29/87 de 30 de junho na sua redação atual.

Os acidentes corporais sofridos pelos respetivos autarcas quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo.

No caso dos eleitos locais a tempo inteiro ou a meio tempo, a cobertura funciona a qualquer hora do dia.

2 - Riscos e capitais por pessoa segura

Eleitos locais, conforme previsto na Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro.

a) Riscos cobertos:

i) Riscos Profissionais:

(1) Presidente

(2) Vereadores em Regime de Permanência

ii) Riscos Extra-profissionais (exclusivamente ao serviço do Município):

(1) Vereadores em Regime de Não Permanência

(2) Membros da Assembleia Municipal

b) Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes quando as pessoas seguras estão impossibilitadas de exercer as suas funções, elas são substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença). O segurador deve assumir a cobertura de tais substituições temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador.

Designação	Pessoas a segurar
Presidente	1
Vereadores em regime de permanência (com funções executivas)	3
Vereadores em regime de não permanência (sem funções executivas)	3
Membros da Assembleia Municipal	27

c) Capitais por pessoa segura:

Pessoas a segurar	Morte ou invalidez permanente a)	Subsídio diário por incapacidade temporária	Despesas de tratamento e repatriamento e transporte	Despesas de funeral
Presidente	50 x respetiva remuneração mensal	110,00 €	20.000,00 €	2.162,00 €
Vereadores em regime de permanência	50 x respetiva remuneração mensal	88,00 €	15.000,00 €	2.162,00 €
Vereadores em regime de não permanência	95.500,00 €	12,50 €	5.000,00 €	2.162,00 €
Presidente assembleia municipal	95.500,00 €	12,50 €	5.000,00 €	2.162,00 €
Membros da assembleia municipal	25.000,00 €	10,00 €	5.000,00 €	2.162,00 €

a)A cobertura de invalidez permanente não se aplica a maiores de 75 anos.

Remuneração mensal da Presidente: 3.271,75 €
Remuneração mensal dos vereadores em regime de permanência: 2.617,40 €

3 – Inclusões e exclusões

Quando se verifique alteração no quadro de segurados, exclusão e inclusão do seu substituto, a apólice entra em vigor às 0 (Zero) horas do dia seguinte àquele em que a respetiva alteração seja comunicada.

4 – Tabela de desvalorização

De acordo com a legislação em vigor.

5 – Participação de Sinistros

O Adjudicatário deverá garantir o envio das participações de sinistro em suporte digital ou correio eletrónico.

6 – Condições especiais

6.1. Em caso de sinistro, o sinistrado é tratado como se do ramo de Acidente de Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

6.2. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
c) Lesões corporais resultantes de cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;
d) Lesões corporais em consequência de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;
e)Lesões corporais que resultem de asfixia, insolação e afogamento;
f) Utilização pelo Segurado/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares;
g) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições de comodidade impostas pela natureza da lesão.
h) O subsídio diário é pago durante o período de 365 dias, mediante a apresentação de documentos comprovativos.
i) Inclusão de pessoas com idade até 85 anos.

7 – Índice de sinistralidade 2018/2020:

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 3.ª

Seguros do ramo de acidentes pessoais destinados às corporações de bombeiros voluntários de Silves e de São Bartolomeu de Messines

1 – Objeto do seguro

O seguro de acidentes pessoais, sem franquias em despesas de tratamento para os bombeiros pertencentes às corporações supramencionadas corresponde à concretização do direito estabelecido no regime jurídico dos bombeiros portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão de acordo com os Decretos-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, e 247/2007, de 27 de Junho, e a portaria 123/2014, de 19 de Junho, com a redação introduzida pelas respetivas alterações, e demais legislação aplicável.

Caracteriza-se por ser um seguro de grupo não contributivo, o qual dará origem a uma apólice para cada corporação.

2 – Coberturas

O âmbito de cobertura deste ramo circunscreve-se ao pessoal afeto aos bombeiros voluntários das corporações de Silves e de São Bartolomeu de Messines. Neste campo, pretende-se a aquisição de uma apólice do ramo de acidentes pessoais de acordo com as prescrições mínimas definidas na Portaria

n.º 123/2014, de 19 de Junho, e posteriores alterações. Nesta apólice, consideram-se obrigatoriamente incluídos, em condições de perfeita igualdade, os elementos integrantes dos quadros de comando e ativo, dos quadros de reserva e honra, dos órgãos executivos de cada associação humanitária de bombeiros, assim como dos elementos integrantes das escolas de infantes e cadetes, tendo presente as funções que lhes cabem, de acordo com a legislação indicada no ponto 1.

Por conseguinte, de uma forma geral, nesta apólice pretende-se:

a) A cobertura dos acidentes ocorridos em território nacional, quando no exercício das suas missões de bombeiro, conforme definido no artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de junho, na sua redação atual, e no artigo 5.º da Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho ou por causa delas, que abranja os riscos de morte e invalidez permanente, incapacidade temporária e despesas de tratamento.

b) Para além de outros, ficam ainda abrangidos os acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado. Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação/instrução, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares, que contribuam para um melhor desempenho dos bombeiros.

c) Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

d) Conforme estabelecido na Portaria n.º 123/2014, de 19 de Junho, os capitais mínimos a garantir, por pessoa segura, na contratação do seguro obrigatório de acidentes pessoais/bombeiros serão os a seguir indicados compreendendo, ao mesmo tempo, os subsequentes riscos:

i - **Morte ou invalidez permanente** – 250 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada;

ii - **Incapacidade temporária parcial ou total** – até 0,15 x a remuneração mínima mensal garantida mais elevada, por dia;

iii - **Despesas de tratamento** – 100 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada.

iv – **Despesas de funeral** – até 2.500,00 €.

e) O adjudicatário atualizará automaticamente os capitais seguros sempre que a remuneração mínima mensal garantida for alterada.

f) Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice a data de admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes fatos ao adjudicatário.

g) De salientar ainda que os dirigentes dos corpos de bombeiros, bem como os elementos dos Quadros de Reserva e Honra, Cadetes e Infantes, estão sujeitos a um risco reduzido e como tal o prémio de seguro deverá ser inferior.

h) Estimativa de pessoas a segurar:

Corporação de Bombeiros Voluntários de Silves	Pessoas a segurar
Quadro de Comando	3
Quadro Ativo	81
Quadro de Honra	27
Quadro de Reserva	27
Sem Quadro	28
Órgãos Sociais	7
Total	173

Corporação de Bombeiros Voluntários de S. B. Messines	Pessoas a segurar
Quadro de Comando	3
Quadro Ativo	56
Quadro de Honra	4
Quadro de Reserva	25
Sem Quadro	25
Órgãos Sociais	8
Total	121

3 – Inclusões e exclusões

As inclusões e as exclusões de pessoas seguras deverão ser objeto de cálculo de prémio ou de estorno pelo método "pró-rata temporis".

4 – Tabela de desvalorização

De acordo com a legislação em vigor.

5 – Participação de Sinistros

O Adjudicatário deverá garantir o envio das participações de sinistro em suporte digital ou correio eletrónico.

6 – Apólice

É pretendida uma apólice aberta com nomes.

7 – Condições Especiais

7.1 – Em caso de sinistro o mesmo é tratado como se do ramo Acidente de Trabalho se tratasse, até ao limite do seguro. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

7.2 – Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de queimaduras, fumos, asfixiam, afogamento e hipotermia;
d) Lesões corporais resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;
e) Lesões corporais em consequência de explosivos;
f) Lesões corporais em consequência de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;
g) Lesões corporais em consequência da prática de atividades desportivas no âmbito da corporação e inter-corporações;
h) Reconstrução cosmética por acidente ocorrido no âmbito das coberturas da apólice;
i) Utilização pela Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas;
j) As despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições de comodidade impostas pela natureza da lesão, inclusive o transporte de urgência;
k) O subsídio diário é pago durante o período de 365 dias, mediante a apresentação de comprovativo salarial incluindo subsídios.
l) Inclusão de pessoas com idade até 85 anos.
m) Lesões em consequência de desidratação.

8 – Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 4.ª

Seguro do ramo de acidentes pessoais – atividades desportivas, culturais e recreio de natureza eventual e periódica

1. UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

1.1 Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais, **sem nomes e sem franquias** em despesas de tratamento, para os utentes das instalações desportivas, de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 271/09, de 1 de outubro, e os artigos 14.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 janeiro, na sua redação atual.

1.2 Ficam garantidos os danos resultantes de qualquer acontecimento de natureza acidental, sofrido pelas pessoas seguras, verificado durante a utilização de qualquer das infraestruturas e/ou instalações desportivas, cobertas ou ao ar livre, incluindo as que se referem no Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de junho, na sua redação atual.

1.3 As instalações desportivas para as quais se pretende este contrato são as indicadas no **Anexo** I, onde se encontram também descritas as suas características.

SILVES câmaramunicipal

1.4 Coberturas / Capitais

- Morte 28.141,00€
- Invalidez Permanente 28.141,00€
- Despesas de tratamento, até 4.502,00€
- Despesas de funeral, até 2.252,00€

a) Aplica-se a menores de 14 anos de acordo com o Decreto –Lei n.º 72/2008 de 16 de abril.

b) Não se aplica a maiores de 75 anos.

1.5 Riscos Cobertos

Extraprofissionais.

1.6 Condições Especiais

1.6.1 Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

1.6.2 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;

c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;

d) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão.

e) Inclusão de pessoas com idade até ao limite de 85 anos.

1.7 Outras Condições:

1.7.1 Atualização automática dos capitais seguros de acordo com o estabelecido no artigo 18.º do Decreto-lei n.º 10/2009 de 12 de janeiro, na sua redação atual.

1.7.2 Em caso de acidente, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização do espaço e/ou instalação garantida pela apólice. Tal prova,

sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem prestou os primeiros socorros no local do acidente.

1.8 Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

2. PARTICIPANTES NAS INICIATIVAS DESPORTIVAS

2.1 Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais, **sem nomes e sem franquias** em despesas de tratamento, para os participantes nas iniciativas desportivas sob organização do Município, de acordo com os artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro na sua redação atual.

2.2 Ficam garantidos os danos resultantes de qualquer acontecimento acidental sofrido pelos participantes envolvidos em atividades suportadas, realizadas, organizadas, promovidas pelo Município no âmbito de acontecimentos ou eventos de carácter desportivo.

2.3 O presente seguro garante ainda os acidentes verificados nas deslocações, qualquer que seja o meio de transporte utilizado. No caso, das deslocações serem realizadas em grupo, esta extensão de cobertura só é aplicável se o acidente se verificar com um veículo do tomador de seguro ou a este cedido ou alugado.

2.4 Sem prejuízo da organização/realização de outras atividades do género, o número estimado de utentes para as iniciativas desportivas, recreativas e culturais para as quais se pretende este contrato é de 3.000 utentes.

2.5 Coberturas / Capitais

- Morte **(a)** 28.141,00€
- Invalidez Permanente (b) 28.141,00€
- Despesas de tratamento, até 4.502,00€
- Despesas de funeral, até 2.252,00€

(a) Aplica-se a menores de 14 anos de acordo com o Decreto –Lei n.º 72/2008 de 16 de abril.
(b) Não se aplica a maiores de 75 anos.

2.6 Riscos Cobertos

Extraprofissionais.

2.7 Condições Especiais

2.7.1 Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

2.7.2 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de acidentes que se traduzam em:

a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;

c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;

d) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão.

e) Inclusão de pessoas com idade até ao limite de 85 anos.

2.8 Outras Condições

2.8.1 Atualização automática dos capitais seguros de acordo com o estabelecido no art.º 18.º do Decreto-Lei 10/2009 de 12 de janeiro, na sua redação atual.

2.8.2 Em caso de acidente, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização do espaço e/ou instalação garantida pela apólice. Tal prova, sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem prestou os primeiros socorros no local do acidente.

2.9 Índices de sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
18,07%	16,68%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 5.ª

Utentes das Colónias de Férias - OTL

1.1 Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais, com nomes e sem franquias em despesas de tratamento, para os participantes nos campos de férias organizadas pelo Município, de acordo com DL n.º 304/2003, de 9 de dezembro, alterado pelo

DL n.º 109/2005, de 8 de julho, e posteriormente pelo DL n.º 32/2011, de 7 de março, e capitais fixados na Portaria 629/2004 de 12 de junho.

1.2 Ficam garantidos por esta apólice os danos resultantes de qualquer acontecimento acidental sofrido pelos participantes, em consequência das atividades que venham a ser desenvolvidas no campo de férias.

1.3 O número estimado de participantes é de 300.

1.4 Coberturas / Capitais

- Morte 50.800,00 €
- Invalidez Permanente **(a)** 50.800,00 €
- Despesas de Tratamento e Repatriamento **(b;c)** 6.826,25 €
- Despesas de Funeral 5.080,00 €
- Responsabilidade Civil **(d)** 2.500,00 €

(a) Esta cobertura não se aplica a menores de 14 anos.
(b) Inclui 450,00 € para substituição de próteses existentes.
(c) Inclui as despesas com operações de salvamento, busca e transporte do sinistrado.
(d) Esta cobertura pode ser objeto de apólice própria.

1.5 Riscos Cobertos

Extraprofissionais.

1.6 Condições Especiais

1.6.1 Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

1.6.2 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de acidentes que se traduzam em:

a) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;

b) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;

c) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão.

1.7 Outras Condições

1.7.1 Atualização de capitais seguros de acordo com o estabelecido no art.º 2.º da Portaria 629/2004 de 12 de junho.

1.7.2 Em caso de acidente, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização do espaço e/ou instalação garantida pela apólice. Tal prova, sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem

prestou os primeiros socorros no local do acidente.

1.8 Índices de sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 6.ª

Seguro do ramo de acidentes pessoais – CEI (Contrato Emprego Inserção), CEI+, Estágios PEPAL e Ações de Voluntariado

CEI (Contrato Emprego Inserção), CEI+

1 – Objeto do seguro

1.1. Pretende-se Seguro de Acidentes Pessoais, com nomes e sem franquias em despesas de tratamento, para as pessoas incluídas nos programas indicados no 1.2., cujas atividades se caraterizam por indiferenciadas. (jardineiros, cantoneiros de limpeza, ação social e administrativos).

1.2 Programas de Contrato de Emprego e Inserção – de acordo com o DL n.º 13/2015 de 26 de janeiro.

1.3 Estão ainda incluídos no presente ramo, todos os voluntários que prestem auxílio ao Município de Silves, quando esta edilidade se constitua como entidade promotora.

1.4. O presente contrato tem por objeto a garantia do pagamento de indemnizações até ao limite do capital, em caso de acidente, ocorrido em qualquer parte do mundo, em consequência, do desenvolvimento da atividade ocupacional, incluindo a deslocação direta entre o domicílio habitual e o local de exercício da atividade ocupacional e o regresso.

2 - Capitais e Coberturas

Os montantes de capital a segurar, por pessoa, são:

Cobertura - Capital

Morte e Invalidez permanente absoluta e parcial: € 75.000,00;

Despesas de funeral: € 2.000,00;

Despesas de tratamento e repatriamento: € 15.000,00;

Subsídio diário por incapacidade temporária: € 20,00.

3- Riscos Cobertos

Extraprofissionais.

4 - Informações Complementares e outras Condições

4.1. Devem ser indicados prémios totais para seguros temporários, para os seguintes períodos:

- até 90 dias;
- 91 a 180 dias;
- 181 a 270 dias;
- mais de 270 dias.

4.2. As exclusões resultantes de abandonos antecipados da atividade, dão origem a recibos de estorno calculados na base do método "Pró-rata temporis".

4.4. Deverá ser indicada a cotação por pessoa segura, tendo por base a estimativa de 35 contratos de emprego e inserção e 50 voluntários por ano;

4.5. Pretende-se uma apólice aberta, na medida em que será permitida, a qualquer momento, a inclusão de novas entradas e a exclusão de saídas permanecendo, entretanto, a apólice em vigor.

5- Condições Especiais

5.1- Em caso de sinistro o sinistrado é tratado como se do ramo de Acidente de Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

5.2 - Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidentes com danos corporais;
c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia, insolação e afogamento;
d) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas nas despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições de comodidade impostas pela natureza da lesão.

Os valores (prémios) apresentados são indicativos para posterior colocação, não fazem parte do premio total a apresentar a concurso.

6 – Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Pepal

1 – Objeto do seguro

Pretende-se um seguro de acidentes pessoais **com nomes e sem franquia** em despesas de tratamento para os estagiários interessados nos programas PEPAL.

A caracterização dos Programas PEPAL é a que está definida no Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10 de abril, e a Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril.

2 – Capitais em Risco

Cobertura/capitais:

- Morte 75.000,00 €
- Invalidez Permanente 75.000,00 €
- Despesas de Tratamento 15.000,00 €
- Despesas de funeral: 2.000,00 €
- Incapacidade Temporária, subsídio diário até, 20,00 €

3– Riscos Cobertos

Profissionais

4- Condições Especiais

4.1 Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso

4.2 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de acidentes que se traduzam em:

a) Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

b) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;

c) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia, insolação e afogamento;

d) Despesas de transporte, devem considerar-se incluídas nas despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão

Os valores (prémios) apresentados são indicativos para posterior colocação, não fazem parte do premio total a apresentar a concurso.

5– Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Voluntários

1 – Objeto do seguro

1.1 Pretende-se seguro de Acidentes Pessoais, com nomes e sem franquias em despesas de tratamento, para os participantes nas ações de voluntariado promovidas pelo Município.

1.2 Ficam garantidos os danos resultantes de qualquer acontecimento acidental sofrido pelas pessoas seguras.

1.3 Ficam igualmente garantidas as deslocações realizadas em grupo, e organizadas pelo Tomador do Seguro. Esta extensão de cobertura só é aplicável se o acidente se verificar com um veículo do tomador de seguro ou a este cedido ou alugado.

1.6 O número estimado de participantes é de 45 para as atividades de voluntariado abaixo indicada, de carater indicativo e não limitativo

Atividade	N.º de participantes
Feira Medieval	45

2 – Capitais em Risco

Cobertura/capitais:

- Morte 75.000,00 €
- Invalidez Permanente 75.000,00 €
- Despesas de Tratamento 15.000,00 €
- Incapacidade Temporária, subsídio diário até, 20,00 €
- Despesas de Funeral 2.000,00€

3 – Riscos Cobertos

Extra-Profissionais

4- Condições Especiais

4.1 Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso.

4.2 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de acidentes que se traduzam em:

a) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;

b) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;

c) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão.

Os valores (prémios) apresentados são indicativos para posterior colocação, não fazem parte do premio total a apresentar a concurso.

SILVES câmaramunicipal

5- Outras condições

Em caso de acidente, o tomador do seguro enviará à seguradora, juntamente com a participação de sinistro, prova em como o utente foi sinistrado durante a realização da iniciativa. Tal prova, sempre que possível, deverá ser feita através da indicação de quem prestou os primeiros socorros no local do acidente.

6 – Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 7.ª

Acidentes Pessoais – CPCJ Comissão proteção crianças e jovens

1. Objeto Seguro

Seguro de acidentes pessoais sem franquias, com nomes, para os comissários previstos nas alíneas h); i); j); l); e m) do nº1 do artº 17º. da Lei nº 147/99.

2. Coberturas / Capitais

- Morte e ou Invalidez Permanente 75.000,00 €
- Despesas de Tratamento 15.000,00 €
- Despesas de Funeral 1.500,00 €

3. O número de comissários previsto é de 12.

4. Condições Especiais

4.1.1. Em caso de acidente, a assistência clínica será prestada na rede convencionada da seguradora, salvo situações de urgência, sem custos de despesas de tratamento para o sinistrado, até ao limite do capital seguro para a cobertura de Despesas de Tratamento. O sinistrado poderá ainda optar pela modalidade de reembolso

4.1.2. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de acidentes que se traduzam em:

a) Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses em consequência de acidentes com danos corporais;

b) Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de asfixia e afogamento;

c) Despesas de transporte devem considerar-se incluídas no valor das despesas de tratamento. O transporte deve obedecer às condições clinicamente impostas pela natureza da lesão.

SILVES câmaramunicipal

5. Índices de sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 8.ª

Seguro do ramo automóvel

1 – Objeto do seguro

a) Ficam seguros todos e quaisquer veículos automóveis propriedade do segurado, incluindo os que se encontrem em regime de Aluguer Operacional de Viaturas, Leasing, ou outros regimes semelhantes.

b) Corresponde ao legalmente exigido, quanto à obrigação de segurar, a responsabilidade civil decorrente da circulação de veículos terrestres a motor, equipamentos acoplados, seus reboques ou semi-reboques, perante terceiros, transportados ou não, por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e materiais, nos termos da lei.

c) O citado na alínea anterior aplica-se a todos os veículos identificados no anexo VI do Caderno de Encargos.

d) Pretende-se também que fiquem garantidos os sinistros ocorridos entre viaturas do segurado, não podendo a franquia aplicada ser superior a 2% do valor venal da viatura sinistrada.

e) Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições enunciados no ramo acidentes de trabalho do presente procedimento, no que diz respeito ao condutor do veículo, no caso deste trabalhador ser responsável pelo acidente.

2 – Capitais em risco

a) Cobertura obrigatória:

Responsabilidade civil obrigatória: O capital mínimo obrigatoriamente seguro de responsabilidade civil é de 7.290.000,00€, dividido em, 6.070.000,00 € por

acidente para os danos corporais e de 1.220.000,00 € por acidente para os danos materiais de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto, que garante ao tomador do seguro a reparação de danos corporais ou materiais causados a terceiros.

b) Coberturas complementares:

1 - **Responsabilidade civil facultativa;**

2 - **Assistência em viagem (0 Km);**

3 - **Proteção jurídica**;

c) Coberturas opcionais - danos próprios:

1 - **Choque, colisão e capotamento**

2 – **Quebra isolada de vidros**;

3 - **Incêndio, raio e explosão**,

4 - **Furto ou roubo**;

5 - **Fenómenos da natureza;**

6 – Riscos sociais e políticos (**Atos maliciosos e de vandalismo**);

7 – **Acidentes Pessoais (todos os ocupantes)**, com as seguintes coberturas e capitais:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez permanente absoluta e parcial	€25.000,00 €
Despesas de funeral	€2.500,00 €
Despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar	€2.500,00 €

As viaturas e as coberturas pretendidas para cada uma, são as indicadas no anexo II do Caderno de Encargos.

3 – Garantias

a) A responsabilidade civil do proprietário de veículo, usufrutuário, adquirente com reserva de propriedade ou locatário em regime de locação financeira, bem como dos seus legítimos detentores e condutores, pelos prejuízos causados a terceiros em virtude da circulação do veículo seguro, até aos limites e nas condições legalmente estabelecidos;

b) Os danos causados a terceiros, provenientes de acidentes de viação dolosamente provocados ou resultantes de furto, roubo ou furto de uso.

c) Veículo de Substituição ou Privação de Uso pelo período máximo de 30 dias por acidente e avaria/ano, sempre que a reparação seja efetuada em oficina recomendada, ou pelo período efetivo de reparação se ocorrer em oficina não recomendada;

4 – Regularização de sinistros

Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto:

a) Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a entidade adjudicatária deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro;

b) O adjudicatário deve disponibilizar informação escrita de forma legível, simples e objetiva quanto aos prazos a que se compromete, tendo em conta a tipologia dos sinistros;

c) O adjudicatário deverá disponibilizar a informação relativa aos tempos médios de regularização dos sinistros;

d) A participação do sinistro deve ser feita em impresso próprio fornecido pela entidade adjudicatária ou disponível no seu sítio na Internet, de acordo com o modelo aprovado por norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou por qualquer outro meio de comunicação que possa ser utilizado sem a presença física e simultânea das partes, desde que dela fique registo escrito ou gravado;

e) Sempre que lhe seja comunicada pela entidade adjudicante a ocorrência de um sinistro automóvel coberto por um contrato de seguro, a entidade adjudicatária deve:

1 - Proceder ao primeiro contacto com a entidade adjudicante no prazo de dois dias úteis, marcando as peritagens que devam ter lugar;

2 - Concluir as peritagens no prazo dos oito dias úteis seguintes ao fim do prazo mencionado no número anterior;

3 - Em caso de necessidade de desmontagem, a entidade adjudicante deve ser notificada da data da conclusão das peritagens, as quais devem ser concluídas no prazo máximo dos 12 dias úteis seguintes ao fim do prazo mencionado no ponto 1 da presente alínea e);

4 - Disponibilizar os relatórios das peritagens no prazo de quatro dias úteis após a conclusão destas, bem como dos relatórios de averiguação indispensáveis à sua compreensão;

5 - Comunicar a assunção, ou a não assunção, da responsabilidade no prazo de 30 dias úteis, a contar do termo do prazo fixado no ponto 1 da presente alínea e), informando desse fato a entidade adjudicante, por escrito ou por documento eletrónico.

f) A entidade adjudicatária deve proporcionar à entidade adjudicante informação regular sobre o andamento do processo de regularização do sinistro;

g) Sempre que lhe seja comunicada pela entidade adjudicante um sinistro automóvel e que envolva danos corporais, a entidade adjudicatária deve, relativamente à regularização dos danos corporais:

1- Informar o lesado se entende necessário proceder a exame de avaliação do dano corporal por perito médico designado pela entidade adjudicatária, num prazo não superior a 20 dias a contar do pedido de indemnização por ele efetuado, ou no prazo de 60 dias a contar da data da comunicação do sinistro, caso o pedido indemnizatório não tenha ainda sido efetuado;

2 - Disponibilizar ao lesado o exame de avaliação do dano corporal previsto no ponto anterior no prazo máximo de 10 dias a contar da data da sua receção, bem como dos relatórios de averiguação indispensáveis à sua compreensão;

3 - Comunicar a assunção, ou a não assunção, da responsabilidade no prazo de 45 dias, a contar da data do pedido de indemnização, caso tenha entretanto sido emitido o relatório de alta clínica e o dano seja totalmente quantificável, informando daquele facto a entidade adjudicante, por escrito ou por documento eletrónico.

4 - Sempre que no prazo de 45 dias, não seja emitido o relatório de alta clínica ou o dano não seja totalmente quantificável, mencionado no ponto anterior, a assunção da responsabilidade aí prevista assume a forma de «proposta provisória»;

5 – Se a proposta, mencionada no ponto anterior for aceite, o adjudicatário efetua a assunção da responsabilidade consolidada no prazo de 15 dias a contar da data do conhecimento pelo adjudicatário do relatório de alta clínica, ou da data a partir da qual o dano deva considerar-se como totalmente quantificável, se posterior.

5 – Casos específicos

a) Com fundamento nas disposições constantes nas condições gerais da apólice, e nos precisos termos em que este seguro seja contratado, ficam incluídos ao abrigo desta cláusula os danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros pelas máquinas do segurado, danos esses ocorridos exclusivamente durante a laboração das mesmas e desde que se encontrem sob a direção e controlo dos empregados do contraente público;

b) No âmbito desta cobertura, considera-se que uma máquina se encontra em laboração quando estiver parada e a ser utilizada exclusivamente nas tarefas para as quais foi projetada e construída e, subsequentemente, utilizada pelo contraente público.

c) Danos causados a cabos elétricos e telefónicos, coletores, condutas e depósitos de água, de gás ou de outras substâncias, quer sejam aéreos quer subterrâneos, a menos que o contraente público apresente provas concludentes de se ter previamente certificado da respetiva localização e, através de pedido escrito apresentado às entidades competentes, ter obtido documentos que permitiam uma localização exata dos referidos cabos, condutas, depósitos e coletores existentes na área onde os trabalhos iam decorrer;

d) Danos decorrentes de deficiente sinalização, demarcação e proteção dos locais onde as máquinas operam.

e) Ficam cobertos os passageiros transportados, com exceção das exclusões previstas na apólice uniforme do ramo e sem prejuízo dos termos dos artigos 495º, 496º e 499º do código civil.

6 – Inclusões e exclusões

As inclusões e exclusões de veículos à apólice deverão ser objeto de cálculo de prémio ou de estorno pelo método "pró-rata temporis".

Pretende-se que todas as condições indicadas nesta cláusula sejam garantidas para as viaturas que venham a ser adquiridas, e incluídas na apólice frota, no decorrer da vigência do contrato.

7 – Prémios por veículo

a) Tendo em consideração a diversidade de veículos e categorias constantes no **anexo II** ao presente Caderno de Encargos, a proposta deverá incluir um mapa, com todos os prémios anuais por viatura ou máquina identificada nesse anexo.

b) O prémio aqui referido, será o valor total unitário, a cobrar por veículo seguro em cada categoria.

8- Condições Especiais

5.2 - Derrogando o que eventualmente consta nas condições gerais da apólice, o seguro deve garantir:

a) À data de emissão da apólice e dos continuados, os valores atribuídos ao capital de danos próprios, do seguro facultativo do ramo automóvel, serão ajustados de acordo com a legislação vigente, e, ou proposta da seguradora aceite pelo segurado.
b) Para veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veiculo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.
c) Em caso de indemnizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou sua renovação.
d) Independentemente de periocidade de pagamento as cartas verdes serão emitidas com validade de 1(um) ano.

9 - Franquia

No seguro do Ramo Automóvel, a indicação da franquia é a que está indicada no Anexo II

11 – Índices de Sinistralidade 2018/2020:

2018	2019	2020*
51,6%	32,81%	5,59%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 9.ª

Seguro do ramo multirriscos

1 – Objeto seguro

1.1 - Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis descritos no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2 - Ficam incluídos na definição acima todos os bens desde que se trate de

utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local.

1.3 - E ainda, os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens para exposição, venda ou consignação, desde que o segurado informe previamente os bens e respetivos valores, o local e suas caraterísticas, onde se encontram.

1.4 - Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2 – Coberturas, Capitais e Franquias Riscos Cobertos

A título enunciativo, mas não limitativo, a seguradora garante as indemnizações resultantes de quaisquer perdas ou danos materiais sofridos pelo património seguro, quando resultantes de um acontecimento súbito e imprevisto, em consequência de:

a) Incêndio, queda de raio e ou explosão;

b) Tempestades;

c) Inundações;

d) Aluimentos de terras;

e) Danos causados em muros, vedações e portões;

f) Danos por água, incluindo roturas, entupimentos;

g) Queda de aeronaves;

h) Pesquisa de avarias e reparação;

i) Furto ou roubo (incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte);

j) Riscos elétricos;

k) Bens ao ar livre (incluindo equipamento e mobiliário urbano);

l) Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado;

m) Choque ou impacto de objetos sólidos;

n) Danos causados por fumo;

o) Danos causados por queda de granizo, por neve e gelo;

p) Danos causados por combustão espontânea;

q) Honorários de peritos;

r) Danos em bens dos empregados;

s) Limpeza, demolição e remoção de escombros;

t) Quebra ou queda acidental de vidros, espelhos, reclames e anúncios luminosos;

u) Quebra ou queda acidental de painéis solares e antenas;

v) Derrame de sistemas de proteção contra incêndios;

w) Avaria de máquinas;

x) Bens de terceiros (incluindo exposições) confiados ao segurado (1);

y) Equipamento eletrónico, incluindo cobertura de transporte;

z) Derrame acidental de óleo;

aa) Danos aos Imóveis causados por furto ou roubo;

bb) Danos em bens do senhorio;

cc) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;

dd) Greves, tumultos e alterações ordem pública;

ee) Responsabilidade Civil – Proprietário;

ff) Desenhos, documentos e suportes informáticos e livros;

gg) Danos estéticos;

hh) Danos em transporte terrestre de bens;

ii) Fenómenos sísmicos.

(1) Os bens de terceiros serão objeto de informação caso a caso à Seguradora, incluindo bens em exposições, de acordo com as condições definidas no ponto n.º 7 desta clausula.

3 – Capitais a segurar

Os capitais a segurar são os indicados no **Anexo III**, e correspondem aos seguintes valores totais:

°Edifícios e Benfeitorias: 28.089.025,29 €;

°Conteúdos e Equipamentos: 3.867.263,82 €

Os capitais referentes aos bens indicados no Anexo III, correspondem ao valor de aquisição, e, não ao valor do imobilizado.

Em caso de divergência entre os valores considerados no ponto anterior e os indicados no **Anexo III**, prevalecem os indicados no **Anexo III**

4 – Atualização de capitais

A seguradora atualizará anualmente os capitais seguros em 2,5%.

5- Limites de Indemnização – Sub-limites

Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, (em euros) por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

° Danos em bens dos empregados	5.000,00 €
° Danos em bens do senhorio	50.000,00 €
° Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	100.000,00 €
° Avaria de máquinas	100.000,00 €
° Derrame acidental de óleo	25.000,00 €
° Quebra ou queda acidental de painéis solares e antenas	50.000,00 €
° Quebra ou queda acidental de vidros, espelhos, reclames e anúncios luminosos	25.000,00 €
° Bens de terceiros, incluindo exposições	150.000,00 €

° Danos ao imóvel por Furto e/ou roubo	100.000,00 €
° Desenhos, documentos e suportes informáticos	35.000,00 €
° Danos em transporte terrestre de bens	50.000,00 €
° Bens ao ar livre	50.000,00 €
° Pesquisa de Avarias	100.000,00 €
° Responsabilidade Civil – Proprietário	50.000,00 €
° Riscos Elétricos	100.000,00 €
° Furto ou roubo de dinheiro em caixa/cofre ou transporte	20.000,00 €
° Danos Estéticos	100.000,00 €
° Honorários de peritos	50.000,00 €

SILVES câmaramunicipal

6 – Indemnização

Fica acordado que em caso de sinistro com os bens (mobiliário e recheio de qualquer espécie) seguros por esta apólice, o valor da indemnização corresponde ao valor seguro de aquisição devidamente comprovada de bens da mesma qualidade ou tipo, não podendo ser aplicada desvalorização e, ou depreciação aos mesmos.

7 – Derrogação da regra proporcional

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice fica acordado que o segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até á diferença máxima de 10% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

8 -Franquias

8.1 Fenómenos Sísmicos: 5% capital seguro, por local risco.

8.2 Equipamento eletrónico: 10% dos prejuízos indemnizáveis com o valor mínimo de 75,00€ e máximo de 500,00€.

8.3 Restantes coberturas: 10% dos prejuízos indemnizáveis com o valor mínimo de 200,00€ e máximo de 5.000,00€.

9 – Casos específicos

a) As reparações e substituições das peças são efetuadas com base no valor em novo;

b) Inexistência de períodos de ausência;

c) O valor do capital seguro, no caso do recheio do imóvel, corresponde ao custo de substituição dos bens.

f) Reclamação de prejuízo:

1 - Para reclamações de prejuízos até 2.000 euros, antes de aplicação da franquia contratual, a seguradora prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes

documentos:

a) Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;

b) Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra ou cópia do recibo de substituição ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

2 - Para reclamações de prejuízos superiores a 2.000 euros e sempre que o Município tome a iniciativa de o solicitar, por dificuldade em obter os documentos necessários à quantificação das perdas, a seguradora compromete-se a efetuar todas as diligências necessárias à apresentação de uma proposta de indemnização, devidamente justificada.

10- Independentemente do valor da reclamação, a seguradora incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

11 – Exposições Temporárias (Bens Próprios ou de Terceiros)

Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do tomador do seguro, nas suas instalações ou outras, aplicam-se as seguintes condições:

a) A apólice "aberta" cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos de causa interna, nomeadamente o vício próprio;

b) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos de terceiros, temporariamente confiados ao seu cuidado, controle ou custódia e por objetos do Município;

c) O tomador do seguro facultará ao adjudicatário a relação das obras/bens objeto da exposição, onde será indicado o respetivo valor unitário;

d) Pretende-se também que fique garantido o transporte das peças para o local da exposição e deste para o local de origem, carga e descarga, bem como a montagem e desmontagem da exposição.

e) Para efeitos de indemnização em caso de sinistro, o capital seguro corresponderá ao valor indicado na relação das peças que integram a exposição.

f) As taxas a aplicar quando o capital seguro exceder o valor seguro na apólice serão as indicadas na proposta apresentada a este Concurso Público.

g) A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia, ao Município, a qual providenciará o seu pagamento.

12 – Antiguidades, coleções e instrumentos séries

12.1 A inutilização ou desaparecimento de qualquer peça, elemento ou objeto que faça parte de um determinado serviço, conjunto coleção, série, etc., será

indemnizável na base do valor peça, sem que possa ser tomada em conta a eventual desvalorização que a falta da mesma possa ocasionar ao serviço, conjunto, coleção série, etc., de que faça parte.

12.2 Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido .Em caso de sinistro causado por um risco coberto o adjudicatário poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

a) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o adjudicatário obriga-se a indemnizar o tomador do seguro, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados, não podendo o valor ser superior ao valor seguro;

b) O atrás referido aplica-se tanto a bens do Município como a bens de terceiros;

c) Em caso de divergência quanto à atribuição do valor, o segurador e o segurado nomearão cada um, avaliador, que definirão o valor a indemnizar.

12.3 Quebra ou queda acidental de bens: fica garantido qualquer dano acidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

13- Riscos elétricos

Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

14- Danos ocorridos em Transporte Terrestre

Ficam garantidos os danos ocorridos em transportes terrestres no território nacional, de bens propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incluindo as operações de carga e descarga.

15- Equipamento Eletrónico

b) Esta cobertura garante o ressarcimento do segurado por danos materiais sofridos pelos bens seguros em consequência de sinistro, desde que seja necessária a sua reparação mesmo que parcial, ou substituição

c)Ficam garantidos todos os sinistros, sejam eles de origem interna ou externa, incluindo os resultantes de fenómenos sísmicos, transportes terrestres, greves, tumultos e alterações da ordem pública e actos de vandalismo.

16 - Capitais em risco

Valores descritos no **Anexo III** do presente Caderno de Encargos.

17 – Índices de Sinistralidade 2017/2019

2018	2019	2020*
0%	0%	9,41%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 10.ª

Seguro do ramo de responsabilidade civil autarquia

1 – Objeto e âmbito do seguro

a) Responsabilidade Civil Geral, visando garantir o pagamento das indemnizações legalmente exigíveis ao segurado, dentro dos limites dos capitais seguros, pelos danos patrimoniais ou não patrimoniais resultantes de lesões corporais ou materiais causados a terceiros, os quais ocorram na vigência do contrato, salvo se algo se dispuser em contrário, cobrindo assim as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do tomador do seguro, em todo o território de Portugal Continental, em aplicação dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

b) O Adjudicatário garantirá o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao contraente público por danos patrimoniais e não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros quando no exercício da atividade camarária, dentro dos limites do respetivo concelho ou fora deste, desde que no exercício específico da mesma atividade, entendendo-se esta, suas atribuições e competências definidas na lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual e demais legislação.

2 – Atividade camarária

Fica abrangida nesta designação, a propriedade e ocupação de imóveis e de terrenos ocupados pela autarquia e por esta utilizados ou diretamente sob o seu controle e supervisão, exclusivamente na prestação dos serviços específicos da autarquia, nomeadamente, a título exemplificativo, mas não limitativo:

- Edifício Paços do Concelho;
- Edifício Rua da Sé;
- Biblioteca Municipal;
- Edifício FISSUL;
- Piscinas Municipais;
- Museu Municipal de Arqueologia;
- Museu do Traje;
- Casa Museu João de Deus;
- Teatro Mascarenhas Gregório;
- Casa da Cultura Islâmica;
- Arquivo Histórico;

- Arquivo Municipal;
- Castelo de Silves;
- Parque de máquinas e viaturas municipais;
- Canil Municipal;
- Quintalão;
- Armazém Municipal;
- Quinta Pedagógica;
- Edifício Carpintaria;
- Edifício das Águas
- Feiras e mercados;
- Exposições;
- Conferências;
- Feira Medieval e outras feiras temáticas;
- Manifestações culturais, desportivas, recreativas ou análogas;
- Jardins-de-Infância, Escolas EB 1 e EB 2,3;
- Parques infantis;
- Equipamentos desportivos, de recreio ou culturais;
- Conservação de parques e jardins;
- Sistema de sinalização e trânsito;
- Atividades de promoção turística;
- Parques de estacionamento e garagens;
- Serviços de recolha manual ou mecânica de resíduos ou detritos sólidos;
- Limpeza e higiene urbana e de praias;

3 – Capitais, coberturas e franquias

4.1 O capital a segurar é de um milhão de euros (1.000.000,00 €) por anuidade e por sinistro.

4.2 Em relação à cobertura, o presente contrato de seguro deverá garantir o pagamento das indemnizações resultantes das responsabilidades derivadas, nomeadamente, mas não exclusivamente de:

a) Atos do presidente, dos vereadores ou de quaisquer outros titulares de órgãos da autarquia, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;

b) Atos dos trabalhadores sob a hierarquia e direção do Município de Silves, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;

c)Atos de trabalhadores requisitados civilmente pelo Município de Silves, ao abrigo da legislação em vigor, para prevenir ou por cobro a acidentes e calamidades, ou ao serviço de interesses humanitários da comunidade;

d) Na qualidade de proprietário ou locatário dos imóveis ou parte dos mesmos ocupados pelos serviços do Município de Silves;

e)Dos agentes dependentes e/ou requisitados pelo município, ao abrigo da legislação em vigor;

f) Utilização de imóveis de propriedade do Município de Silves;

g) Por uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósito por parte do segurado na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário;

h) Na consequência de incêndio e/ou explosão ocorrida nas várias instalações do Município de Silves;

i) Do armazenamento, utilização, transporte ou Lançamento de fogo-de-artifício e foguetes, durante feiras e festas cuja responsabilidade seja imputável ao Município de Silves;

Esta cobertura tem um sub-limite de 100.000,00€ por sinistro e anuidade.

j) Danos causados a condutas ou instalações subterrâneas desde que salvaguardada a legislação em vigor, por parte do Município de Silves;

k) Danos causados a cabos e instalações aéreas desde que salvaguardada a legislação em vigor, por parte do Município de Silves;

l) Queda de telhas, árvores, andaimes ou quaisquer estruturas amovíveis em resultado de ação de elementos naturais desde que em consequência de acções ou omissões do Municipio de Silves;

m)Máquinas e gruas em laboração;

n) Queda de material das viaturas do Município, quando em circulação e desde que não garantidas pela Responsabilidade Civil Automóvel;

o) Equipamentos montados em viaturas de serviço excluídas pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel;

p) Danos causados pela distribuição de água, com a exceção dos danos decorrentes de interrupção programada do seu fornecimento;

Esta cobertura um tem sublimite 50.000,00€ por sinistro e anuidade.

q) Danos resultantes por falta de sinalização, sinalização deficiente, ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais, nas vias públicas municipais, nomeadamente:

a. Trânsito;

b. Obras realizadas pelo Município incluindo a montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas amovíveis;

c. Derrube e corte de árvores;

d.Por deficiências no estado das vias públicas municipais e arruamentos.

Esta cobertura tem um sub-limite de 50.000,00€ por sinistro e anuidade.

r) Danos causados por caixas de saneamento/pluviais cujas tampas ou sumidouros estejam deslocadas, partidas, deficientemente colocadas, ou sejam inexistentes;

Esta cobertura tem um sub-limite de 50.000,00€ por sinistro e anuidade.

s) Execução de trabalhos de construção, conservação, manutenção, ampliação, renovação ou reparação dos imóveis, executados por administração direta, de que o segurado é proprietário;

t) Exploração direta, ou em parceria, de serviços de limpeza da via pública, praias e jardinagem;

u) Participação do contraente público em comissões de festas, feiras, gincanas, provas de ciclismo, ralis e similares;

v) Da organização, promoção e realização de conferências, reuniões, atos culturais, recreativos, desportivos, feiras (incluindo as temáticas), festas e mercados, incluindo a utilização de estruturas amovíveis;

w) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pelo Municipio de Silves;

x) Danos causados por equipamentos, bens ou objetos confiados, alugados, arrendados ou cedidos por terceiros ao segurado para utilização nos eventos previstos nas duas alíneas anteriores;

Esta cobertura tem um sub-limite de 75 000,00€ por sinistro e anuidade.

y) Danos causados a terceiros pela exploração do Castelo de Silves;

z) Danos causados por caixotes e contentores de lixo ou equipamentos similares decorrente de ações ou omissões do Município de Silves;

aa) Da exploração e gestão de escolas, infantários e creches, casa da juventude, centros de dia, cinemas e outros espaços culturais;

bb) Da exploração de mercados incluindo câmaras frigoríficas, decorrentes de ações ou omissões do Município de Silves;

cc) Da propriedade ou guarda de animais;

dd) Danos resultantes da deficiente manutenção e reparação de jardins, parques infantis (descritos no anexo IV), lagos, espelhos de água e outras áreas de lazer;

ee) Danos resultantes de desabamento, assentamento, colapso, desmoronamento total ou parcial de bens móveis e imóveis decorrentes de rutura do sistema de fornecimento e saneamento de águas;

ff) Dos danos causados por poluição, contaminação de solo, das águas ou da atmosfera, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação. Ficam também garantidos os danos resultantes da aplicação de produtos de acordo com o Decreto-Lei n.º 173/2005 de 17 Outubro na sua redação atual.

Esta cobertura tem um sub-limite de 75 000,00€ por sinistro e anuidade.

gg) As indemnizações que por decisão judicial sejam devidas pelo Segurado aos lesados e, ou, seus herdeiros, por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente;

Esta cobertura tem um sub-limite de 75 000,00€ por sinistro e anuidade;

hh) Serão pagos ao lesado, os prejuízos resultantes de paralisações e perdas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovados, incluindo o pagamento das despesas/custos que os lesados incorram com a obtenção de autos de ocorrência e outra documentação legal e/ou necessária à instrução dos processos de reclamação, desde que tais reclamações estejam garantidas pelas coberturas da presente apólice de seguro. Esta cobertura tem um sub-limite de 100.000,00€.

ii) De deficiências na instalação e manutenção de funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimento público, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de dezembro, Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 Junho e 268/2009 de 29 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012 de 29 Agosto;

jj) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11.º do Decreto-lei n.º 100/2003 de 23 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 82/2004 de 14 de Abril e Portaria n.º 1049/2004 de 19 de Agosto. l) Esta garantia tem um sub-limite de indemnização com o valor máximo, previsto na lei, por sinistro e anuidade.

kk) Da deficiente instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte conforme artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de setembro, na sua redação atual; l) Esta garantia tem um sub-limite de indemnização, com o valor máximo previsto na lei, por sinistro e anuidade;

ll) Corte e abate de árvores quando efetuadas pelo pessoal ao serviço do Município de Silves e queda acidental de árvores desde que decorrentes da ação ou omissão da entidade adjudicante;

mm)Danos causados a imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na consequência de trabalhos realizados por piquetes de urgência;

nn) Da exploração, manutenção e conservação de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador);

oo) Trabalhos de reparação, abertura e manutenção de estradas, arruamentos, de caminhos municipais e de redes de água ou qualquer situação de abertura de valas, desde que salvaguardada a legislação em vigor, quando tais trabalhos sejam executados por administração direta;

pp) Utilização e montagem de bancadas móveis instaladas com carácter temporário por iniciativa da entidade adjudicante;

qq) Uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósitos por parte do tomador do seguro na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário;

rr) Operações de cargas e descargas quando realizadas pelo pessoal ao serviço do Município de Silves;

ss) Utilização de Ascensores, monta-cargas, plataformas e escadas rolantes, propriedade do Município de Silves ou, não o sendo, por este explorados;

tt) Queda total ou parcial de suportes publicitários, antenas, parcómetros, postes de iluminação, sinalização e de semáforos, que sejam propriedade do Município de Silves ou que por ele sejam explorados;

uu) Serviços de vigilância desenvolvidos por trabalhadores do tomador do seguro, desde que não se encontrem abrangidos pelo seguro obrigatório;

vv) Exploração do sistema de esgotos e águas pluviais;

ww) Inundações desde que decorrentes de ações ou omissões do tomador do seguro.

Esta cobertura tem um sub-limite de 50 000,00€ por sinistro e anuidade.

xx) Causados pelas obras, trabalhos, prestações de serviços, produtos e suas embalagens produzidos e/ou armazenados e/ou fornecidos pelo Segurado, se as reclamações foram motivados por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens, produtos ou serviços;

yy) De natureza material, causados a bens dos empregados, assalariados ou mandatários do segurado; (com exclusão de roubo);

zz) Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios escolares e instalações de restauração geridas pelo segurado e nos eventos promovidos pelo segurado.

Esta cobertura tem um sub-limite de 250.000€

4. Franquias

4.1 Em caso de sinistro, fica a cargo do tomador do seguro uma franquia de 125,00€.

4.2 A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia, ao Município, a qual providenciará o seu pagamento.

4.3 Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, a seguradora aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no ponto anterior, cobrando o valor da indemnização paga.

5 – Regulação de Sinistros

1 - Os sinistros ocorridos, resultantes das responsabilidades derivadas do enunciado no âmbito de cobertura, são assumidos, sem exclusões, exceto quando for provado pela seguradora que o sinistro foi causado por negligência do segurado.

2 - Sempre que seja participado pelo tomador do seguro ou reclamado pelo terceiro/ lesado a ocorrência de um sinistro, a seguradora deve:

a) Realizar as peritagens no prazo de 8 (oito) dias úteis após a receção da participação se tal tiver lugar;

b) Decidir da assunção da responsabilidade no prazo de 30 (trinta) dias úteis

a contar da receção da participação, informando o tomador e o terceiro/ lesado, por escrito.

2.1 - Os prazos previstos nas alíneas do ponto anterior suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude.

2.2 - Nos sinistros recusados pela seguradora, fica esta obrigada a entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico - jurídica da recusa.

6- Outras condições

Fica convencionado e aceite por ambas as partes que as condições gerais se consideram derrogadas, em tudo o que for contrário ao disposto nos pontos anteriores.

7 – Informações complementares

7.1 O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante para o ano de 2019, é o seguinte:

Entidade Adjudicante	Orçamento (2020)	População residente*	Área total do concelho (km^2)
Município de Silves	51.955.088,00 €	37.126	680,02 km^2

* Dados do INE – Censos 2011

7.2 Não aplicável taxa de ajuste.

8 – Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
248,69%	65,85%	34,65%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 11.ª

Seguro do ramo multirriscos para peças de arte

1 – Objeto a segurar

Pretende-se um seguro de multirriscos de um acervo cultural de obras de pintura, no valor de 32.880,00 €, da autoria da artista Lourdes Abraços, propriedade do Município, composto por cinquenta e três peças, respetivas bases de exposição e quadros com as respetivas molduras. Estas peças de arte estão numeradas e identificadas no **Anexo IV** ao presente Caderno de Encargos.
Local de armazenamento das peças: Atualmente encontram-se expostas no Edifício Portas da Cidade (Torreão), situado no centro histórico, com alarme de intrusão e de incêndio.

2 – Coberturas

O título enunciativo, mas não limitativo: Incêndio, raio e explosão; danos por água; tempestades e outros fenómenos da natureza; atos de vandalismo; furto ou roubo; choque ou impacto de objetos sólidos; quebra motivada por manuseamento e quaisquer outros riscos de destruição ou deterioração e ainda montagem e desmontagem de exposições.

As peças de arte serão alvo de exposições temporárias ao público, com locais a definir. Quando as peças forem deslocadas, informar-se-á com uma semana de antecedência, sobre o local de destino.

3 – Franquia

Em caso de sinistro, fica a cargo do tomador do seguro uma franquia de 250,00€.

4 – Índices de Sinistralidade 2017/2019

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 12ª

Ramo – Responsabilidade Civil – Animais

1. Âmbito do contrato

1.1. O presente contrato de seguro garante, até ao limite do capital, o pagamento de indemnizações que sejam legalmente exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, causados a terceiros em consequência de atos ou omissões do segurado, dos seus trabalhadores ou mandatários, no exercício da sua atividade.

2. Objeto do contrato

2.1 Pretende-se garantir a responsabilidade extracontratual que ao abrigo da lei civil, seja imputada ao segurado, no exercício da sua atividade, nomeadamente:

2.1.1. Da exploração da Quinta Pedagógica, Canil, Gatil, Centro Cinegético e Herdade São Bom Homem cujos animais a considerar constam do **Anexo V**;

2.1.2. Exercida no âmbito do Programa CED/Centro de Recolha Oficial (CRO) de animais de companhia e controlo das populações errantes desses animais, de acordo com a Lei 27/2016 de 23 e agosto e da portaria 146/2017 de 26 de abril, estimando-se a existência de 441 animais;

2.1.3. Ficam igualmente garantidos os danos que possam ser provocados a terceiros, em consequência de eventuais fugas de animais, quando estejam à guarda do segurado.

3. Exclusões

3.1. O presente contrato nunca garante os danos:

a) Decorrentes de atos ou omissões dolosas do segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável;

b) Decorrentes de responsabilidade civil profissional;

c) Causados por motivo de força maior e por fenómenos de natureza;

d) Resultantes de atos de guerra, guerra civil, invasão, hostilidades, rebelião, insurreição e destruição causada por ordem governamental ou autoridade publicas, atos de terrorismo como tal considerados pela legislação penal portuguesa vigente, assaltos, greves, tumultos e "lock-out";

e) Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor e irradiações, proveniente de cisão de átomos ou radioatividade e ainda decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas, bem como os resultantes de exposição a campos eletromagnéticos;

f) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre acidentes de trabalho ou de doenças profissionais;

g) Causados aos sócios, associados, administradores, gerentes, agente ou representantes legais do Segurado;

h) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge (ou pessoa que viva em união de facto com o Segurado), ascendentes e descendentes, adotados e tutelados, ou que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

i) Decorrentes de acordo ou contrato particular, na medida em que a responsabilidade que daí resulte exceda a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

j) Decorrentes de acidentes provocados por veículos sujeitos ao seguro obrigatório automóvel, quando ocorram em circunstâncias abrangidas pela respetiva obrigação de segurar

k) Causados por quaisquer atividades ou bens, móveis ou imóveis, que, nos termos da lei, devam ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

l) Decorrentes de aeronaves;

m) Sofridos por qualquer pessoa em consequência de ato voluntário por ela praticado,

n) Decorrentes de transmissão de doenças ou efemeridades de qualquer natureza, seja qual for a sua causa;

o) Relacionado com operações, atividades ou manuseamento de amianto;

p) Causado por Bifenilos Policlorados (PCBs) ou por Trifenilos Policlorados (PCTs);

q) Que consistam em indemnizações atribuídas a título de "danos punitivos" (punitive damages), "danos de vingança" (vindicative damages), "danos exemplares" (exemplary damages) ou de quaisquer outros tipos de danos que não sejam indemnizáveis ao abrigo da ordem jurídica portuguesa;

r) Indiretos de qualquer natureza, ou seja, os danos que não sejam consequência imediata e direta do ato ou omissão do Segurado;

s) Causados a bens ou objetos de terceiros que estejam confiados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

t) Causados pelas obras, trabalhos, prestações de serviços, produtos e suas embalagens produzidos e/ou armazenados e/ou fornecidos pelo Segurado, se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vicio oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens, produtos ou serviços;

u) Causados por alteração do meio ambiente, em particular os causados direta e indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devido à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, tempestades, humidades, corrente elétrica, ou substancias nocivas, e de um modo geral todos os danos ambientais considerados como tais pela legislação portuguesa em vigor ou pela legislação de qualquer outro estado onde os referidos danos se verifiquem;

v) Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

w) De natureza material, causados a bens dos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado;

x) Decorrentes do uso, armazenamento, transporte, carga ou descarga e entrega de matérias perigosas e/ou explosivos;

y) Decorrentes de intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nas instalações de restauração, que funcionem na empresa e sejam diretamente administradas pelo segurado.

4. Franquia

1.2. Fica a cargo do segurado uma franquia de 10% do valor do sinistro indemnizável, com o mínimo de €50,00 e o máximo de €150,00.

5. Capital Seguro

O capital seguro é de €100.000,00 por sinistro/anuidade.

6. Taxa Ajuste

Não é aplicável taxa de ajuste.

7. Índices de Sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 13.ª

Ramo – Máquinas-casco

1. Coberturas:

1.1. Pretende-se uma apólice de seguro para as máquinas propriedade do Município cujas características estão indicadas no respetivo anexo.

1.2. Pretende-se um seguro com as coberturas a seguir indicadas:

a) Incêndio, queda de raio ou explosão;

b) Tempestades e outros fenómenos da natureza, afundamento ou aluimentos de terrenos, desprendimento de terras, pedras ou rochas;

c) Queda, choque, colisão e capotamento;

d) Impacto com objetos em movimento por meio de aparelhos;

e) Furto ou roubo;

f) Danos por água;

g) Atos de vandalismo;

h) Fenómenos sísmicos;

i) Greves, tumultos e alterações da ordem pública;

j) Responsabilidade civil laboração: 250.000,00 €

2. As máquinas e respetivas características a segurar são as abaixo indicadas:

- Atividade: Máquina de corte / descasque de árvores
- Marca: MDB
- Modelo: UT125F
- Número de Registo: 90264
- Número de Série: LV600
- Potência kw: 42 kw
- Potência hp: 57 hp
- Ano de construção: 2019
- Combustível: diesel
- Capital a segurar: 75.921,68 €

3. Índices de sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

Cláusula 14.ª

Ramo – Marítimo-Recreio

1. Âmbito e objeto do seguro

1.1. Pretende-se segurar danos e perdas que possam vir a suceder em embarcação propriedade do Município, em consequência dos riscos convencionados ou responsabilidades ligadas à embarcação.

2. Ficam cobertos os riscos abaixo indicados:

Responsabilidade Civil obrigatória excluindo a tripulação, nos termos definidos pela Portaria n.º 689/2001, de 10 de julho, sempre de acordo com os limites estabelecidos nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da apólice.

3. Limites de navegação

2.1. Os riscos da apólice estão limitados a riscos ocorridos em águas costeiras e interiores do país, sem prejuízo das convenções expressas, por apólice e por embarcação, referentes a águas internacionais.

4. Embarcações a segurar

4.1. Embarcação "AL SHILB"

4.2. As coberturas e capitais a segurar são as seguintes:

Coberturas:	Capitais:
Responsabilidade Civil:	250.000,00 €

5. Caraterísticas das embarcações

1) Para efeitos do presente ramo, embarcação de recreio "AL SHILB" tem a lotação máxima de 4 passageiros, cuja gestão e exploração se encontra, de momento, entregue à Corporação de Bombeiros Voluntários de Silves.

2) As embarcações a segurar possuem as características técnicas a seguir indicadas:

Características da embarcação	
Nome e matrícula	"AL SHILB" 100074-5PT
Tipo de embarcação (vela ou motor)	Motor
Comprimento	3,60 m
Boca	1,70 m
Pontal	0,40 m
Tonelagem de arqueação bruta	0,27 t
Material do casco	Fibra de vidro
Ano de construção	2005
Bandeira	Portuguesa
Dados do motor	
Motor	Fora de bordo
Marca	Yamaha
Ano	2019
Potência HP	9.9 hp
Potência Kw	7.28 kw
N.º Série	6820-L-381533

6. Franquias

Não é aplicada franquia.

7.Índices de sinistralidade 2018/2020

2018	2019	2020*
0%	0%	0%

*dados até 31 de maio de 2020

SILVES câmaramunicipal

LISTA DE ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS

Anexo I – Seguro do ramo de acidentes pessoais - Instalações Desportivas.

Anexo II – Seguro do ramo automóvel – Caracterização dos veículos e identificação das respetivas coberturas.

Anexo III – Seguro do ramo multirriscos – Caracterização dos Imóveis.

Anexo IV - Seguro do ramo multirriscos – Obras de Arte

Anexo V - Seguro do ramo responsabilidade civil – animais

Anexo VI – Responsabilidade Civil – Parques infantis.

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

SILVES
câmaramunicipal

ANEXO I

Seguro do Ramo de Acidentes Pessoais - Instalações Desportivas

instalação Desportiva	Morada	Cód.Postal / Localidade	N.º Utilizadores/dia	Modalidades	Acompanhamento Técnico	Controlo de Acessos	N.º Balizas	N.º Tabelas	Meios de Segurança
Pavilhão Desportivo EB 2,3 de Algoz	Rua das Quintas	8365-062 Algoz	40	Andebol, Artes Marciais, Atividades de Fitness, Badminton, Basquetebol, Desportos de Combate, Futsal, Ginástica, Ténis, Voleibol	Sim	Sim	2	2	Sim
Pavilhão Desportivo EB 2,3 Dr. António Contreiras	Sítio do Caminho da Torre	8365-112 Armação de Pêra	80	Andebol, Artes Marciais, Atividades de Fitness, Badminton, Basquetebol, Desportos de Combate, Futsal, Ginástica, Ténis, Voleibol	Sim	Sim	2	6	Sim
Pavilhão Desportivo EB 2,3 João de Deus	Rua Tenente-Coronel Jorge Vargas Mogo	8375-140 São Bartolomeu de Messines	80	Andebol, Artes Marciais, Atividades de Fitness, Badminton, Basquetebol, Desportos de Combate, Futsal, Ginástica, Ténis, Voleibol	Sim	Sim	2	4	Sim
Pavilhão Desportivo EB 2,3 Dr. Garcia Domingues	Praceta, Largo Gil Eanes	8300-118 Silves	60	Andebol, Artes Marciais, Atividades de Fitness, Badminton, Basquetebol, Desportos de Combate, Futsal, Ginástica, Ténis, Voleibol	Sim	Sim	2	4	Sim
Pavilhão Desportivo Municipal de Pêra	Rua João de Deus	8365-204 Pêra	90	Andebol, Artes Marciais, Atividades de Fitness, Badminton, Basquetebol, Desportos de Combate, Futsal, Ginástica, Ténis, Voleibol	Sim	Sim	2	2	Sim
Estádio Municipal Armação de Pêra	Urbanização Quinta Queimada	8365-000 Armação de Pêra	120	Futebol de 7, 9 e 11	Sim	Sim	2	0	Sim
Estádio Municipal São Bartolomeu de Messines	Rua Tenente-Coronel Jorge Vargas Mogo	8375-140 São Bartolomeu de Messines	120	Futebol de 7, 9 e 11	Sim	Sim	2	0	Sim
Estádio Municipal São Marcos da Serra	São Marcos da Serra	8375-257 São Marcos da Serra	30	Futebol de 7, 9 e 11	Sim	Sim	2	0	Sim
Complexo das Piscinas Municipais de Silves	Parque da Cidade de Silves	8300-117 Silves	500	Natação, Jacuzi, Banho Turco, Sauna, Atividades de Fitness, Ginásio, Utilização Livre	Sim	Sim	2	0	Sim
Campos de Ténis Municipais de Silves	Praceta, Largo Gil Eanes	8300-118 Silves	20	Ténis	Sim	Sim	0	0	Sim
Arena Desportiva	Parque da Cidade de Silves	8300-117 Silves	20	Andebol, Badminton, Basquetebol, Futsal, Padel, Ténis, Voleibol	Não	Sim	2	2	Não
Parque de Skates de Silves	Parque da Cidade de Silves	8300-117 Silves	40	Skate, Patins, BMX, Trotineta, Trikke	Não	Não	0	0	Não
Parque de Street Workout de Silves	Parque da Cidade de Silves	8300-117 Silves	20	Ginásio ao ar livre	Não	Não	0	0	Não
Parque de Street Workout do Enxerim	Rua das Papoilas	8300-000 Enxerim (Silves)	20	Ginásio ao ar livre	Não	Não	0	0	Não
Parque de Street Workout do Bairro da Caixa d'Água	Bairro da Caixa d'Água - Largo do Município	8300-117 Silves	20	Ginásio ao ar livre	Não	Não	0	0	Não
Polidesportivo de Tunes	Urbanização Quinta das Gateiras	8365-235 Tunes	30	Andebol, Atletismo, Basquetebol, Voleibol	Sim	Sim	2	2	Sim
Espaço Multiusos São Marcos da Serra	São Marcos da Serra	8375-000 São Marcos da Serra	20	Andebol, Basquetebol, Futsal, Ténis, Voleibol	Sim	Sim	2	2	Não
Ciclovia do Parque da Cidade	Parque da Cidade de Silves - Largo do Município	8300-117 Silves	300	Atletismo, Caminhada, Bicicleta, Patins, Skate	Não	Não	0	0	Não
Parque Geriátrico de Silves	Parque da Cidade de Silves - Largo do Município	8300-117 Silves	30	Atividade Física e Exercício adequado para Seniores	Não	Não	0	0	Não
Parque Geriátrico do Enxerim	Rua das Papoilas - Enxerim	8300-000 Enxerim (Silves)	30	Atividade Física e Exercício adequado para Seniores	Não	Não	0	0	Não
Total			1670						

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

SILVES
câmaramunicipal

ANEXO II

Seguro do Ramo Automóvel – Caracterização dos veículos e identificação das respetivas coberturas.

ANEXO - QUADRO DE GARANTIAS, CAPITAIS E PRÉMIOS TOTAIS POR VEÍCULO

TOMADOR DO SEGURO: Municipio Silves

	Identificação Veiculo								Coberturas Contratadas												
Afetação	Categoria	Marca	Modelo	Matricula	CC	PB	HP	Lotação	Capital RC	Capital DP	CCC	IRE	FR	RSP	FN	FRQ	AV	QIV	Ocupantes	V.S.
CMS	Todo-o-Terreno Particular	VOLVO	XC 60	13-SR-34	1.969	2.045		5	50.000.000 €	28.011,00 €	X	X	X	x	X	2%	X	1.000 €	X	X
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	CITROEN	C3	13-PZ-41	1.398	1.539		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	TOYOTA	HILUX	50-NO-35	2.494	2.590		4	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna 250	75-44-RF	4.104	3.500		6	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux 4x4	56-IC-25	2.494	2.715		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Toyota	Hiace	RQ-52-82	2.446	2.800		9	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna 250	73-80-TT	2.494	3.500		6	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Opel	Corsa Van	42-HT-94	1.248	1.710		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	73-04-OS	2.477	2.830		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux	89-87-TM	2.494	2.515		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa	25-43-GO	1.686	1.390		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa	50-11-GS	1.686	1.390		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa	56-75-GP	1.686	1.390		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa B	53-28-GX	1.687	1.390		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Toyota	Dyna 150 (31LYM1) T	13-60-HT	2.779	3.500		7	7.290.000 €								X			
CMS	Todo-o-Terreno Particular	Toyota	Land Cruiser (J9)	32-93-HT	2.982	2.680		8	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux (33 LNA7)	47-50-IE	2.446	2.475		5	7.290.000 €								X			
CMS	Todo-o-Terreno Particular	Toyota	Land Cruiser	85-53-IJ	2.982	2.510		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Combo	58-HP-28	1.248	1.845		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo (S3VJZF)	18-12-MM	1.527	1.370		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo (S3VJZF)	18-13-MM	1.527	1.370		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo (S3VJZF)	18-14-MM	1.527	1.370		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Transit 120 Van (TN-4	87-72-NO	2.496	2.880		7	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Transit 120 Van (TN-4	84-78-NP	2.496	2.830		9	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo (S3VJZF)	32-32-PI	1.527	1.370		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Nissan	260 Patrol (AVP 260)	31-34-QF	2.664	2.800		9	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo	25-69-QJ	1.527	1.390		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna 150 (33LYM2) T	41-55-QL	2.986	3.500		6	7.290.000 €								X			
CMS	Todo-o-Terreno Particular	Nissan	Terrano II R20-E	97-95-QU	2.664	2.580		7	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Xsara	92-93-TH	1.360	1.666		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Xsara	93-34-TH	1.360	1.666		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Mitsubishi	Canter	36-08-UN	2.977	3.500		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux	50-27-JJ	2.446	2.515		3	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna 250 (31BUE4) 3	30-55-MP	4.104	3.500		3	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Iveco	35S12V B F1A	93-80-UR	2.286	3.500		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo S3VJXB	21-83-VA	1.527	1.360		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo S3VJXB	21-82-VA	1.527	1.360		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo	16-54-SJ	1.527	1.385		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa - C	56-90-SH	1.686	1.605		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa - C	84-75-UJ	1.686	1.605		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Peugeot	206 (2S8HXF)	42-44-VN	1.398	1.515		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	89-28-QH	2.477	2.570		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Fiesta Window Van 1.	25-87-PM	1.753	1.400		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Nissan	CVLG022	63-30-XO	2.488	2.630		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Mitsubish	L200	79-69-ZU	2.477	3.500		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	C3 (FC8HZB)	24-AA-20	1.398	1.501		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	C3 (FC8HZB/T)	24-AA-12	1.398	1.501		2	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Mitsubish	L200	33-BB-74	2.477	3.500		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa C Van	00-AU-73	1.248	1.520		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa C Van	00-AU-72	1.248	1.520		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Corsa-C	15-AX-23	1.248	1.570		5	7.290.000 €								X			

	Identificação Veiculo								Coberturas Contratadas												
Afetação	Categoria	Marca	Modelo	Matricula	CC	PB	HP	Lotação	Capital RC	Capital DP	CCC	IRE	FR	RSP	FN	FRQ	AV	QIV	Ocupantes	V.S.
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	Saxo	96-50-VL	1.124	1.330		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Fiesta	90-09-ZN	1.399	1.570		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Bombeiros Vol	Mitsubishi	L 200	42-DA-19	2.477	3.500		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Opel	Corsa Van	54-FC-05	1.248	1.710		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Opel	Corsa Van	54-FC-13	1.248	1.710		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux 4x4	74-LQ-35	2.494	2.475		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna	56-IC-18	2.982	3.500		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Citroen	C3 (FC8HYB)	42-06-UF	1.398	1.539		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux (kUN25) - PCD	00-IF-78	2.494	2.715		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Astra	99-JI-85	1.686	2.020		5	50.000.000 €	8.940,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	1.000 €	X	X
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Astra	99-JI-87	1.686	2.020		5	50.000.000 €	8.940,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	1.000 €	X	X
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna M CS 35,25	04-MN-95	2.982	3.500		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	99-JQ-62	2.477	2.850		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Volkswagen	Transporter	03-LQ-94	1.968	2.800		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	00-JR-43	2.477	2.850		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux D4D 4x4	14-LC-95	2.494	2.715		3	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Toyota	Dyna M 35.33	43-JP-42	2.982	3.500		6	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Volkswagen	Caddy	07-JX-73	1.598	2.175		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Combo	58-JU-29	1.248	1.845		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Fiat	Doblo	71-LJ-29	1.248	2.090		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	97-MP-93	2.500	2.850		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Opel	Combo	66-QQ-48	1.248	2.144		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Renault	Kangoo 1,5 DCI	45-MI-44	1.461	1.810		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	96-JM-71	2.477	2.850		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux 4x2	42-JH-46	2.497	2.590		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Mitsubishi	Fuso Canter	88-JP-89	2.998	3.500		7	7.290.000 €								X			
CMS	Todo-o-Terreno Particular	BMW	X1	11-JT-82	1.995	2.045		5	50.000.000 €	8.940,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	1.500 €	X	X
CMS	Todo-o-Terreno Particular	Suzuki	Vitara	28-10-LZ	1.905	1.650		4	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Renault	Kangoo 1,5 DCI	75-IA-37	1.461	1.954		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Renault	Kangoo 1,5 DCI	73-MM-78	1.461	1.810		5	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Transit Connect	13-NM-66	2.198	3.025		9	7.290.000 €								X	1.500 €		
CMS	Caminheta Particular	Mitsubishi	Fuso Canter	18-MM-24	2.998	3.500		7	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Nissan	Cabstar 2,5 DCI	68-MI-91	2.488	3.500		6	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	N 10-58 (4x2)	DM-56-31	9.603	16.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	N10-54 (6x4) Mark II	HQ-64-69	9.603	26.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Toyota	Dyna 250 (BU81L-MI	QN-34-77	2.977	6.200		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	F7-39 (4x2)	MP-31-01	6.724	16.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Autocarro Particular	Caetano	Optimo (43BB50)	46-50-SH	4.104	6.800		28	50.000.000 €	11.920,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	3.500 €	X	
CMS	Autocarro Particular	MAN	18.400 HOCL	98-02-SG	1.196	18.200		52	50.000.000 €	20.860,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	3.500 €	X	
CMS	Camião Particular	Volvo	FL 617-46 HH (4x2)	QE-74-09	5.479	17.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	MAN	33.372 DFK-2	69-97-BV	1.196	26.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Toyota	Dyna 300 (POBU92)	10-97-GA	3.432	6.200		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	FL 7-48 (4x2) KH	07-13-HI	6.724	19.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	MAN	11.224 L3	37-26-IQ	6.871	11.000		7	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Volvo	FL 7-52 (6x2) Pusher	74-36-LT	6.724	26.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Iveco	MP 410E37H B E2	94-86-ME	1.379	32.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Toyota	Dyna 250 (33BVE4)	99-67-OH	4.104	6.000		6	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Volvo	FM 7-52 (6x2) L1H1	47-56-QC	7.284	26.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Autocarro Particular	Volvo	B12	92-80-SI	1.213	19.000		56	50.000.000 €	20.860,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	3.500 €	X	
CMS	Camião Higiene Urbana	Volvo	FM9-43 (4x2)L1EH1 A	62-21-UL	9.400	19.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	FM12-60 (8x4)L1EH1	14-12-VP	1.213	32.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Volvo	FL - H15 - 34 KH EUI	38-19-VB	5.480	15.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Articulado Particular	Volvo	FM12-37(4X2) Tractor	14-89-XL	1.213	40.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Man	12,225 LK 32,75 K	51-52-XP	6.871	12.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	FL-L 12-40 KH Euro 3	94-85-XX	5.480	12.000		6	7.290.000 €								X			

	Identificação Veiculo								Coberturas Contratadas												
Afetação	Categoria	Marca	Modelo	Matricula	CC	PB	HP	Lotação	Capital RC	Capital DP	CCC	IRE	FR	RSP	FN	FRQ	AV	QIV	Ocupantes	V.S.
CMS	Camião Higiene Urbana	Volvo	FM9 - 52 (6X2) L1H1 PUSHER	77-GS-73	9.365	26.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Man	TGS 35.360 8x4 BB	90-QS-29	1.051	32.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Man	TGS 26.320 6x2/4 Bl	90-QS-28	1.051	26.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Man	TGS 26.320 6x2/4 Bl	31-SA-08	1.051	26.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Particular	Volvo	FM-56 (8x4) L1EH1	62-HQ-75	1.277	32.000		3	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	Massey Ferguson	MF-165	EH-43-76	3.475	2.116	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	M. Ferguson 245	M. Ferguson 245	HU-45-95	2.502	1.652	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	M. Ferguson 265	M. Ferguson 265	GV-40-50	3.860	2.292	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	M. Ferguson 365-2RI	M - 365-2RM	FQ-00-42	2.286	12.000	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	M. Ferguson 375-4RI	M. Ferguson 375-4RM	SF-81-63	3.863	12.000	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	Ford NH 85	Ford NH 85	69-NR-22	5.000	6.950		1	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	JCB 3CX 4X4	JCB 3CX 4X4	V826227C	3.990			1	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	Case	4390	MINI RECTA	3.920	2.407		1	7.290.000 €								X			
CMS	Terraplanadora	Volvo BM 3500	Volvo BM 3500	114308				1	7.290.000 €								X			
CMS	Cilindro Estrada	Cilindro Clark	Cilindro Clark	4845A149MB				1	7.290.000 €								X			
CMS	Cilindro Estrada	Cilindro Ursos	Cilindro Ursos	6758				1	7.290.000 €								X			
CMS	Dumper	Tima Ausa	Tima Ausa	38-PE-63	1.120	3.800		1	7.290.000 €								X			
CMS	Empilhador	Monta-Cargas Manito	Monta-Cargas Manitou	179234		2.500		2	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	Fiat - Hitachi	Fiat - Hitachi	75-NR-42	5.000	6.950		1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	Lamborghini	Lamborghini	23-98-XT	4.000	7.000	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	Lamborghini	Lamborghini	23-97-XT	4.000	7.000	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	New Holland	TD 3.50	21-OB-23	2.216	3.500	99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Camião Higiene Urbana	Varredora Azura	Concept 2 m3	38-PE-62	3.300	4.500		2	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	JCB	3CX 4x4	57-PF-63					7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	JCB	3CXTED	75-PT-78	4.400			1	7.290.000 €								X			
CMS	Tractor Agrícola com Matrícula	Same	Explorer 105.4 DT HD GS	97-PV-73	3.849		99	1	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	VM	JDB 2500	38-PE-61					7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	JCB	1CX	39-SF-61	2.200	2.790		1	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	Case - Internat.	275-MFD	02-12-BV					7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Fiat	127	GO-19-00	1.400			5	7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Ifor Wiliams	GP106 GM 600000	L - 188262		3.500			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Invepe	S 330 2G (31 Ton)	L - 171491		31.000			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Galuxo	SPM3	L - 173030		34.000			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Ifor Wiliams	LM146G(longo)	L-177113		3.500			7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Peugeot	208 Style 1,6	11-SR-09	1.560	1.635		5	50.000.000 €	8.285,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	1.000 €	X	X
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Toyota	Yaris 1,4 D-4D Active	33-NR-43	1.364	1.525		5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Iveco	35S18A8 V	80-VM-75	2.998	3.500		3	7.290.000 €								X			
CMS	Escavadora	JCB	3CXTED	81-VJ-32	4.399		74	1	7.290.000 €								X			
CMS	Autocarro Particular	MAN	RHC 424 LION'S COACH	25-VC-47	12.419	19.000		54	50.000.000 €	160.870,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	3.500 €	X	
CMS	Camião Particular	MAN	TGS 35,360	52-VF-92	10.518	32.000		2	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Volkswagen	Transporter 2,0 TDI 102 Extra	37-NR-87	1.968	2.600		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200	76-PA-22	2.477	2.850		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Volkswagen	Transporter	84-PE-65	1.968	2.800		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Peugeot	Partner	06-OL-56	1.560	1.460		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro de Passageiros Particular	Mercedes Benz	Vito	64-RH-24	1.598	1.901		9	7.290.000 €								X			
CMS	Moto Quatro	Mega	PE	18-HZ-29	1.100	1.120		2	7.290.000 €								X			
CMS	Motociclo	Yamaha	YFM 400	09-43-UD	387	500		1	7.290.000 €								X			
CMS	Ciclomotor	Suzuki		90-FD-75	49	60		1	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Citroen	Berlingo	10-QU-55	1.560	1.945		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Opel	Corsa	98-MO-66	1.248	1.710		2	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	FUSO	CANTER	33-XD-69	2.998	3.500		3	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Renault	Master 2.3 DCI L3 3.5T	61-SG-08	2.299	3.500	125	7	7.290.000 €								X			
CMS	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux 2.5 D	91-PA-23	2.494	2.690	144	5	7.290.000 €								X			
CMS	Caminheta Particular	Renault	Master III 2.3 dCi L3 3.5T	81-SF-44	2.299	3.500	130	7	7.290.000 €								X			
CMS	Camião de Higiene Urbana	Ravo	RAVO 5-SERIES 540	81-ZI-96	4.500	11.400		2	7.290.000 €								X			

	Identificação Veiculo								Coberturas Contratadas											
Afetação	Categoria	Marca	Modelo	Matricula	CC	PB	HP	Lotação	Capital RC	Capital DP	CCC	IRE	FR	RSP	FN	FRQ	AV	QIV	Ocupantes	V.S.
CMS	Camião Particular	Mitsubishi	Canter FEB71G 7C15 75H	26-XQ-49	2.998	7.500		2	7.290.000 €								X			
CMS	Autocarro Particular	MAN	Lions Coach	12-XL-37	12.419	19.000		53	50.000.000 €	272.630,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	3.500 €	X	
CMS	Ligeiro de Mercadorias	Peugeot	Expert 1,6 Bluehdi L1H1	35-SA-85	1.560	2.610		3	7.290.000 €								X			
CMS	Pesado de Mercadorias	Isuzu	N.P.R. 190.75/38 CC	AC-57-RX	5.193	7.500		3	7.290.000 €								x			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Rebosov	Moto4	L-170875		500			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Galuxo	40 GAC 625	L-123041		6.250			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Galuxo	32 GAC 50E	L-89098		5.000			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Joper	C 6000	L-127556		6.000			7.290.000 €								X			
CMS	Reboque Particular - Atrelado	Cheval	Liberte C7	L-207089		2.600			7.290.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro Misto Particular	Daihatsu	F 50 LV	NJ-31-60	2.530	1.815		2	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Unic	75 PC 4X4	ZO-39-47	5.184	7.850		6	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes - Benz	212 D/30	07-28-NF	2.874	2.800		4	50.000.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Mercedes - Benz	1323 (970.06)	13-99-PJ	6.374	13.500		2	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Mercedes- Benz	1317 AK/31 (676 146)	22-74-EA	5.958	11.500		7	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Mercedes Benz	1217 (4x4)	IF-07-64	5.675	11.800		7	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes - Benz	313 CDI (903 662)	16-69-TV	2.148	3.500		3	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes - Benz	313 CDI (903 661)	27-64-SE	2.148	3.500		3	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes - Benz	213 CDI (962 661)	34-21-RL	2.148	2.800		4	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes - Benz	312 D/35.5	80-58-OZ	2.874	3.500		3	50.000.000 €								X			
BV Silves	Caminheta Bombeiros Vol	Mitsubishi	Canter (FE531E4L)	92-08-LP	2.835	3.500		6	7.290.000 €								X			
BV Silves	Caminheta Bombeiros Vol	Mitsubishi	L200 (K747YNDFL6)	10-96-LD	2.477	2.830		3	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro Misto Particular	Nissan	JY 260	13-56-GC	2.826	2.550		9	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Volvo	FL 615-37 KH	04-08-HX	5.480	15.000		3	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Mitsubishi	Canter (FE649E6SL)	38-83-LD	3.908	6.300		6	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia A2	Fiat	244 Ducato	06-08-XG	2.286	3.300		9	50.000.000 €								X			
BV Silves	Camião Particular	Mercedes Benz	2624L /6x2/4	03-89-XN	1.086	26.000		2	7.290.000 €								X			
BV Silves	Caminheta Bombeiros Vol	Land Rover	LDKH58 (DEFENDER 130 CC)	24-77-XS	2.495	3.500		5	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Volvo	FH12 420	99-60-PG	1.213	26.000		2	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes Benz	315 CDI (906.633)	88-EM-79	2.148	3.500		4	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro de Passageiros Particular	Renault	JL (Traffic)	69-88-ZQ	1.870	2.900		9	7.290.000 €								X			
BV Silves	Todo-o-Terreno Particular	Land Rover	LPAMW8 (Range Rover 2,5 DT MAN.)	61-96-HÁ	2.497	2.780		5	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia A2	Fiat	Ducato 250 BCDFB BX	67-FG-75	2.287	3.300		9	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia A2	Citroen	Y	33-HD-45	2.198	3.300		9	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes Benz	315 CDI (906.633)	98-HN-59	2.148	3.500		5	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes Benz	315 CDI (906.633)	98-HN-60	2.148	3.500		5	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia	Mercedes Benz	311 CDI (906.633)	44-HS-95	2.148	3.500		2	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L 200: KB4TGJNXZPL6	80-MO-29	2.477	2.850		5	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro de Passageiros Particular	Toyota	Hiace	00-IF-93	2.494	2.600		9	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro de Passageiros Particular	Volkswagen	Transporter	16-AL-00	2.461	3.500		9	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ligeiro de Passageiros Particular	Renault	JL (Trafic)	93-BM-94	1.870	2.900		9	7.290.000 €								X			
BV Silves	Motociclo	Sym	Jet14 125 Branco	25-XB-74	125	278		2	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Man	M33	83-XQ-73	6.871	14.500		8	7.290.000 €								X			
BV Silves	Camião Bombeiros Vol	Volvo	FM13 330	42-XI-93	10.837	19.000		2	7.290.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia A2	Dacia	Dokker VP Confort Blue dCI 95	95-ZG-90	1.461			5	50.000.000 €								X			
BV Silves	Ambulancia A2	Citroen	Jumper	52-ZO-14	1.997	3.300		7	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV Silves	Ambulancia A2	Volkswagen	Crafter	50-ZU-28	1.958	3.500		9	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia	Citroen	Jumper (232B52/1) Fourgon	61-39-ME	2.446	3.250		3	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Camião Particular	Mercedes - Benz	1622	23-90-QS	1.088	17.000		2	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Transit 120 Van (TN-4)	58-98-II	2.496	2.830		9	7.290.000 €								X			
BV SBM	Camião Bombeiros Vol	Mercedes - Benz	1317 AK/31 (676 146)	79-32-EG	5.958	11.500		7	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ambulancia	Mercedes - Benz	313 CDI (903 662)	87-59-RU	2.148	3.500		3	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia	Mercedes - Benz	313 CDI (903662)	90-41-QX	2.148	3.500		2	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	KB4TGJNDLZL6 (L200)	96-FU-89	2.477	2.850		5	7.290.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Camião Bombeiros Vol	Renault	75.130 4x4	NB-38-19	5.490	7.850		5	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ligeiro Misto Particular	Toyota	Hilux (33LNA4)	24-59-HG	2.446	2.515		5	7.290.000 €								X			

	Identificação Veiculo								Coberturas Contratadas											
Afetação	Categoria	Marca	Modelo	Matricula	CC	PB	HP	Lotação	Capital RC	Capital DP	CCC	IRE	FR	RSP	FN	FRQ	AV	QIV	Ocupantes	V.S.
BV SBM	Caminheta Bombeiros Vol	Toyota	Dyna 250 (33BVE4) 3,5	94-75-JP	4.104	3.500		7	7.290.000 €								X			
BV SBM	Caminheta Bombeiros Vol	UMM 4x4	Alter 4x4 D (B11DOL)	OD-67-85	2.498	2.600		8	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ligeiro de Passageiros Particular	Ford	Transit Kombi (FDEY)	43-98-RP	1.998	2.880		9	7.290.000 €								X			
BV SBM	Camião Bombeiros Vol	Man	14.255 LA-LF 36 CD	22-39-ZB	6.871	13.500		7	7.290.000 €								X			
BV SBM	Camião Bombeiros Vol	Man	18.413 FC 39 M	22-40-ZB	1.196	19.000		3	7.290.000 €								X			
BV SBM	Caminheta Bombeiros Vol	Mercedes - Benz	416 CDI (904 623)	08-AS-91	2.685	3.500		6	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ambulancia	Mercedes - Benz	313 CDI (903 662)	01-28-RB	2.148	3.500		3	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Camião Particular	Volvo	FL 1041R	53-08-VJ	8.270	24.500		2	7.290.000 €								X			
BV SBM	Caminheta Particular	Nissan	CVLUD22UQN35	91-CB-67	2.488	3.500		5	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ambulancia	Mercedes - Benz	311 CDI (906.633)	92-DZ-44	2.148	3.500		4	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia	Mercedes - Benz	315 CDI (906.633)	70-HI-52	2.148	3.500		4	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia	Volkswagen	CRAFTER: 2EKE2 (2ED1B5)	40-GZ-94	2.461	3.500		4	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Moto Quatro	ADLY MOTO	ADLY 220: ATV 220U	90-IU-66	176	359		2	7.290.000 €								X			
BV SBM	Ambulancia	Fiat	SCUDO: 270 (G9)	28-NC-27	1.997	2.963		5	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia	Fiat	SCUDO: 270 (G9)	28-NC-26	1.997	2.963		5	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia	Fiat	Ducato 250 BCMFC BX	25-JV-65	2.287	3.300		9	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia A2	Ford	FCD	55-SO-24	1.995	2.660		7	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Reboque Particular - Atrelado	TOP TRAILER	LF 3300-73	AV-53753		730			7.290.000 €								X			
BV SBM	Ligeiro Misto Particular	Mitsubishi	L200: KB4TGJNX2L6	67-MJ-69	2.850	2.850		5	7.290.000 €								X	1.500 €		
BV SBM	Ambulancia Tipo B (INEM)	Mercedes	Sprinter 906BB35	88-XJ-03	2.143	3.500		4+1	50.000.000 €	40.916,00 €	X	X	X	X	X	2%	X	2.000 €		
BV SBM	Ambulancia A2	Ford	FCD	45-XC-50	1.995	3.140		9	50.000.000 €								X	2.000 €		
BV SBM	Camião Bombeiros Vol	Scavia	P380	77-UR-55	11.705	26.000		2	7.290.000 €								X			

Notas:

- não será cobrado o custo relativo às cartas verdes;
- o enquadramento em termos de categoria de veículo teve por base a informação enviada, pelo que pode sofrer alterações se existir imprecisão nessa informação;
- os prémios indicados têm por base a informação de características técnicas dos veículos indicadas no quadro, pelo que podem sofrer variação em função de alterações das mesmas;
- os prémios apresentados por veículo podem sofrer ligeiras alterações (de arredondamento), por se tratar de simulação externa ao sistema de emissão;
- as condições indicadas fazem parte integrante das condições apresentadas para esta frota;
- não será cobrado o custo da apólice;
- A Franquia acima indicada é aplicável apenas nas coberturas: CCC, IRE, RSP e FN, quando contratadas.

Legenda "Coberturas Contratadas":
CCC - Choque, Colisão e Capotamento
IRE - Incêndio, Raio e Explosão
FR - Furto ou Roubo
RSP - Riscos Sociais e Politicos (Actos de Vandalismo)
FN - Fenómenos da Natureza
AV - Assistencia em viagem - deverá ser atribuida a assistência mais completa disponivel.
FRQ - Franquia
QIV - Quebra Isolada de Vidros
VS - Veiculo de Substituição

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

SILVES
câmaramunicipal

ANEXO III

Seguro do Ramo Multirriscos – Listagem dos bens imóveis e recheio com valor

ANEXO II
MULTIRRISCOS

Características dos Prédios Municipais											Capital a Segurar			Cobertura Obrigatória	Coberturas Opcionais	
Freguesia	Artigo Matricial	Localização	Tipo de prédio	Descrição	Utilização dada, actualmente, a cada prédio urbano(1)	Afectação	N.º de pisos	Tipologia /Divisões	Área Bruta de Construção (m2) (2)	Área Bruta Privativa (m2)	Meios de protecção (intrusão, incêndio...)	Prédio	Bens móveis	Bens eléctricos e electrónicos	Incêndio	Responsabilidade civil de exploração	Multirriscos
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	642	Rua Nova: 8365-034	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Compõe-se de oito compartimentos, duas dependências, cinco vãos, cisterna e quintal.	Posto da GNR	Habitação	1	2	236,0000 m²	184,0000 m²		56.923,20 €				X	X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1598	Quinta do Rogel - R. Projectada: 8365-009	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Edifício térreo destinado a Escola, com hall de entrada, sala de aula, sala de trabalho, sala de apoio, instalações sanitárias, vestiário e átrio coberto.	Escola Pré-Primária de Alcantarilha	Serviços	1	3	133,9500 m²	133,9500 m²	Dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de um detetor ligado à central intrusão que efetua a deteção incendio.	71.079,23 €				X	X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1687 B	Quinta do Rogel Nº: 2, rc dt: 8365-307	Prédio em Regime de Prop. Horiz	Fracção autónoma B, r/c dtº. Edificio de dois pisos destinados a habitação constituído em regime de propriedade horizontal e implantado numa área de 172,50m2	arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T2	76,7000 m2	72,4000 m²		25.900,06 €					X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1688 A	Quinta do Rogel Nº: 3, rc es: 8365-307	Prédio em Regime de Prop. Horiz	Fracção autónoma A, r/c esqº. Edificio de dois pisos destinados a habitação constituído em regime de propriedade horizontal e implantado numa área de 172,50m2	arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T2	76,7000 m²	72,4000 m²		25.900,06 €					X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1688 B	Quinta do Rogel Nº: 3, rc dt: 8365-307	Prédio em Regime de Prop. Horiz	Fracção autónoma B, r/c dtº. Edificio de dois pisos destinados a habitação constituído em regime de propriedade horizontal e implantado numa área de 172,50m2	arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T2	76,7000 m²	72,4000 m²		25.900,06 €					X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1688 C	Quinta do Rogel Nº: 3, 1ºesq : 8365-307	Prédio em Regime de Prop. Horiz	Fracção autónoma C, 1.º esqº. Edificio de dois pisos destinados a habitação constituído em regime de propriedade horizontal e implantado numa área de 172,50m2	arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T2	76,7000 m²	72,4000 m²		25.900,06 €					X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1688 D	Quinta do Rogel Nº: 3, 1ºdt: 8365-307	Prédio em Regime de Prop. Horiz	Fracção autónoma D, 1.º Dtº. Edificio de dois pisos destinados a habitação constituído em regime de propriedade horizontal e implantado numa área de 172,50m2	arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T2	76,7000 m²	72,4000 m²		25.900,06 €					X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1693 A	Quinta do Rogel Nº: 8, rc es : 8365-307	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, r/c esqº. Edificio de dois pisos destinados a habitação constituído em regime de propriedade horizontal e implantado numa área de 172,50m2	arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T2	76,7000 m²	72,4000 m²		25.900,06 €					X
União de freguesias de Algoz e Tunes	2039	Rua da Moinheta	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	1 piso destinado ao funcionamento de mercado municipal com 5 divisões assoalhadas, 4 casas de banho, 1 arrecadação.	Mercado Municipal	Comércio	1	5	483,0000 m²	483,0000 m²		279.599,04 €				X	X
Armação de Pêra	802	Rua Bartolomeu Dias	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Compõe-se de duas salas de aulas, um átrio, alpendre e instalações sanitárias. Destina-se a Escola Primária.	Escola Primária de Armação de Pera	Serviços	1	2	216,5200 m²	216,5200 m²		93.351,52 €				X	X
Armação de Pêra	887	Avenida Marginal	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Compõe-se de quatro corpos, parque infantil e terraço para o mar.	Antigo Casino - prédio devoluto	Serviços	1	4	870,0000 m²	870,0000 m²		375.096,15 €				X	X
Armação de Pêra	1009 N	RUA DRJOSE ANTONIO SANTOS - BLOCO "B" Nº: r/c E	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma N, r/c E. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, constituído por três blocos A,B e C. Fracção autónoma N	Antiga Junta de Freguesia de Armação de Pêra	Comércio	1	2	41,0000 m²	41,0000 m²		22.250,70 €					X
Armação de Pêra	1574	Rua Bartolomeu Dias	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Omisso	Mercado Municipal	Serviços	1	1	1.016,0000 m²	1.016,0000 m²		539.130,24 €				X	X
Armação de Pêra	2194	Torre	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Edificio destinado a escola EB 2, 3 e instalações de apoio e logradouro, composto por edificio principal com a superficie coberta de 1160 m2 com 2 pisos, tendo ao nível do R/C, átrio, 2 corredores, 3 salas de aula, 2 conjuntos de instalações sanitárias para alunos, secretaria, 3 gabinetes de apoio administrativo, 2 gabinetes de direcção, instalações sanitárias do pessoal docente e auxiliar, sala de professores e gabinete médico e ao nível do 1º andar, 12 salas de aula, 2 arrecadações, biblioteca, 2 salas de trabalho e sala de estudo, 3 átrios e corredor. Zona de circulação entre edificios com a área coberta 112 m2. Refeitório com superficie coberta de 800m2, tendo cozinha, despensa, copa, refeitório, arrecadação, vestiário, sala de pessoal da cozinha com instalações sanitárias para alunos, instalações sanitárias para funcionários, sala de convívio de funcionários, com instalações sanitárias para alunos, instalações sanitárias para funcionários, sala de convívio de funcionários, papelaria, bufete e salão convívio para alunos. Balneários com superficie coberta de 200m2, tendo vestiários masculinos e femininos, vestiários e instalações sanitárias para docentes, sanitários masculinos e femininos, corredor, arrecadação de material de desporto e casa do	Escola EB 2,3 de Armação de Pera	Serviços	2	29	9.362,0000 m²	9.362,0000 m²		4.967.851,68 €					X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1010	Rua João de Deus Nº: 53: 8365-200	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Casa térrea 3 assoalhadas, 2 casas de banho, corredor, despensa, arrecadação e logradouro	Junta de Freguesia de Pera	Habitação	1	3	218,0000 m²	218,0000 m²		105.163,20 €				X	X
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	1269	Pera: 8365-200	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Edificio destinado ao Mercado Municipal de Pera composto por 1 divisão ampla com bancadas, 5 divisões destinadas a comercio, arrecadação, instalações sanitárias e vestiários para homens e senhora, logradouro destinado ao mercado ao ar livre e cais de carga e descarga	Mercado Municipal de Pera	Comércio	1	1	405,0000 m²	405,0000 m²		234.446,40 €				X	X
S. B. Messines	3308	Rua Miguel Bombarda	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Um prédio urbano edificio escola com 4 compartimentos p andar e dependência	Posto da GNR	Serviços	2	4	550,0000 m²	550,0000 m2		237.129,75 €					X
S. B. Messines	3310	Rua da Liberdade	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Um prédio urbano destinado a mercado municipal com 24 compartimentos	Mercado Municipal de Messines	Serviços	1	24	840,0000 m²	840,0000 m2		362.161,80 €					X
S. B. Messines	3311	Estrada Nacional	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Um prédio urbano que se compõe de r/c e 1º andar com 4 salas de aula, 2 alpendres, instalações sanitárias (destinado a escola)	EB1 de Messines	Serviços	2	4	687,5000 m²	687,5000 m²	Dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de um detetor ligado à central intrusão que efetua a deteção incendio.	296.412,19 €					X
S. B. Messines	3312	Estrada Nacional (Logradouro da Escola)	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Um prédio urbano destinado a cantina da escola que se compõe de 3 compartimentos	EB1 de Messines	Serviços	1	3	128,4000 m²	128,4000 m²	Dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de um detetor ligado à central intrusão que efetua a deteção incendio.	34.067,09 €					X
S. B. Messines	5096	Cruz Grande	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio de 2 pisos para sede da Junta de Freguesia de Messines, tendo na cave uma arrecadação e no R/C 6 divisões, 5 casa de banho e 2 arrecadações.	Junta de Freguesia de Messines	Serviços	2	7	840,0000 m²	420,0000 m²		445.737,60 €				X	X
S. B. Messines	5436 H	Rua Manuel Teixeira Gomes Nº: 5, 3.º andar : 8375-140	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H. Zona envolvente ao grupo escolar, Nº 5, 3.º andar	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	3	73,5000 m²	73,5000 m²		24.819,48 €					X
S. B. Messines	5437 D	R. Manuel Teixeira Gomes Lote: 6, 1.º andar: 8375-140	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D. Zona envolvente ao grupo escolar, Nº 6, 1.º andar	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	91,0000 m²	91,0000 m²		30.728,88 €					X
S. B. Messines	5437 F	R. Manuel Teixeira Gomes Lote: 6, 3.º andar: 8375-141	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, Zona envolvente ao grupo escolar, Nº 6, 3.º andar	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	91,0000 m²	91,0000 m²		30.728,88 €					X
S. B. Messines	5437 H	R. Manuel Teixeira Gomes Lote: 6, 2.º andar: 8375-140	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Zona envolvente ao grupo escolar, Nº 6, 2.º andar	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	91,0000 m²	91,0000 m²		30.728,88 €					X

ANEXO II
MULTIRRISCOS

Características dos Prédios Municipais											Capital a Segurar			Cobertura Obrigatória	Coberturas Opcionais	
Freguesia	Artigo Matricial	Localização	Tipo de prédio	Descrição	Utilização dada, actualmente, a cada prédio urbano(1)	Afectação	N.º de pisos	Tipologia /Divisões	Área Bruta de Construção (m2) (2)	Área Bruta Privativa (m2)	Meios de protecção (intrusão, incêndio...)	Prédio	Bens móveis	Bens eléctricos e electrónicos	Incêndio	Responsabilidade civil de exploração	Multirriscos
S. B. Messines	7682	Rua do Teatro: 8375-142	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Rua Visconde de Messines ou Rua do Teatro	Casa Museu João de Deus	Serviços	3	11	589,0000 m²	589,0000 m²	Dispõe de central de intrusão e central incendio, estando esta ultima com uma avaria.	390.683,70 €				X	X
S. B. Messines	3452	Rua da Liberdade	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Uma casa terrea com 11 compartimentos, 5 vãos 1 depedência	Museu do Traje	Serviços	1		267,0000 m2	267,0000 m2		391.592,34 €				X	X
S. B. Messines	7520	Largo João de Deus, n.º8	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Edifício térreo de R/C com 3 divisões e palheiro	Casa de João de Deus	Serviços	1	3	45,5200 m2	29,2000 m2		6,700,00					x
S. B. Messines	7521	Largo João de Deus, n.º10	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio térreo de R/C para habitação com 3 divisões, cozinha, casa de banho, vestíbulo, palheiro e logradouro	Casa de João de Deus	Serviços	1	3	130,0000 m2	78,5000 m2		20,640,00					x
São Marcos da Serra	1030	Rua da Oficina	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio Urbano destinado a escola primária, masculino e feminino composto por 2 salas de aula e 2 atrios, 2 alpendres e instalação sanitaria.	Escola Primária de S.Marcos da Serra	Serviços	1	2	284,7600 m²	284,7600 m²	Dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de um detetor ligado à central intrusão que efetua a deteção incendio.	122.772,85 €				X	X
São Marcos da Serra	1771	Largo da Igreja	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano de 2 pisos onde estão instalados os serviços municipais, Junta de Freguesia e Centro de Saúde, sendo o R/C composto por 5 divisões, cozinha, 4 casas de banho, corredor, arrecadação, 1 átrio e garagem e no 1º andar com 1 divisão.	Junta de Freguesia, Serviços Municipais e Centro de Saúde	Serviços	2	6	516,6000 m²	387,4500 m²		274.128,62 €				X	X
Silves	451	Rua Cândido dos Reis Nº: 82-84 : 8300-126 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Casa térrea, composta por 1 compartimento e quintal	Teatro Mascarenhas Gregório (parte)	Serviços	1	1	121,0000 m²	121,0000 m²	Dispõe de central incendio, relativamente ao sistema de intrusão não existe equipamento instalado.	29.185,20 €					X
Silves	452	Rua Cândido dos Reis Nº: 86-90 : 8300-126 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, denominado "Teatro", com R/C composto no R/C por 5 compartimentos, 1 restaurante, 15 vãos e quintal	Teatro Gregório Mascarenhas	Serviços	2	9	130,0000 m²	130,0000 m²	Dispõe de central incendio, relativamente ao sistema de intrusão não existe equipamento instalado.	2.914.254,66 €		278.771,43 €		X	X
Silves	598	Rua da Sé Nº: 2-4-6 : 8300-010 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C, 1º e 2º andar, composto no R/C por 4 compartimentos, no 1º andar por 5 compartimentos e no 2º andar 1 compartimento, 1 dependência, 14 vãos e quintal	Serviços administrativos da Câmara (DCTP, DSUA, DOM)	Serviços	3	6	153,0000 m²	135,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão e incendio instaladas em pleno funcionamento.	36.903,60 €	183.909,90 €	138.306,80 €		X	X
Silves	2315	Rua Moinho da Porta, n.º 8 : 8300-171 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Casa térrea, composta por 5 compartimentos e quintal	Arquivo Municipal	Habitação	1	5	43,0000 m²	43,0000 m²		10.371,60 €					X
Silves	2395	Rua da Porta de Loulé, n.º 18 : 8300-139 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto no R/C por 4 compartimentos, destinados a armazém e no 1º andar por 7 compartimentos, destinados a habitação, 4 vãos e quintal	Arquivo Histórico	Serviços	2	7	226,0000 m²	113,0000 m²		54.511,20 €				X	X
Silves	3120	Largo da República	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Destina-se a matadouro municipal, com cinco compartimentos.	Casa da Cultura Islâmica	Serviços	1	10	250,0000 m²	250,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão e central incendio.	149.242,50 €				X	X
Silves	3122	Rua João de Deus, n.º 21: 8300-161 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto no R/C por 5 compartimentos e no 1º andar por 7 compartimentos, ocupados por organismos oficiais	Junta de Freguesia de Silves	Serviços	2	12	404,0000 m2	320,0000 m2		174.182,58 €				X	X
Silves	3123	Rua da Cruz de Portugal : 8300-135 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto no R/C por vários compartimentos destinados a instalação da Central Electrica e no 1º andar por 8 compartimentos para habitação	CLAI, CPCJ e Gabinete da Quinta Pedagógica (Edifício dos Ex-serviços municipalizados)	Serviços	2	14	1140,0000 m2	1140,0000 m2	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de quatro detetores incendio ligados à central intrusão.	302.464,80 €				X	X
Silves	3124	Rua Dr.º Francisco Vieira : 8300-152 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, destinado à Guarda Nacional Republicana, composto por 18 compartimentos destinados a habitação e 1 cavalariça	Quartel da GNR	Serviços	1	18	1016,0000 m2	743,0000 m2		269.565,12 €				X	X
Silves	3125	Largo João de Deus	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, composto de 1º andar, destinado a posto da Polícia (antigo quartel da GNR), com 3 divisões	Torreão	Serviços	2	3	456,0000 m2	456,0000 m2		120.985,92 €				X	X
Silves	3126	Travessa da Cadeia - Paços do Concelho	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano destinado a várias repartições publicas, terraço com várias dependências em baixo	Edifício dos Paços do Concelho	Serviços	3	20	3000,0000 m2	1200,0000 m2	O espaço dispõe de central de intrusão e incendio instaladas em pleno funcionamento.	795.960,00 €	429.158,40 €	742.023,60 €		X	X
Silves	3128	Av. Marechal Carmona	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto no R/C por 6 salas de aulas, 2 átrios, corredor, pátio coberto e várias instalações sanitárias e no 1º andar por 2 salas de aulas e 1 átrio, destinado a Escolas Primárias	Parte da Escola Primária de Silves	Serviços	2	8	938,3400 m2	938,3400 m2	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão.	248.960,37 €				X	X
Silves	3129	Av. Marechal Carmona	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano destinado a cantina, composto por 2 refeitórios, cozinha, 3 dependências, 1 escritório e despensa	Parte da Escola Primária de Silves	Serviços	2	8	420,0000 m2	250,0000 m2	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão.	222.868,80 €				X	X
Silves	3146	Av. Marechal Carmona	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto por 6 salas de aulas	Parte da Escola Primária de Silves	Serviços	2	6	938,3400 m²	938,3400 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão.	248.960,37 €				X	X
Silves	3767	Rua da Cruz de Portugal : 8300-135 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto por 6 compartimentos destinados a armazenamento de mercadorias	Biblioteca Municipal	Armazéns e actividade industrial	2	6	3600,0000 m2	2400,0000 m2	O espaço dispõe de central de intrusão e incendio instaladas em funcionamento.	1.302.480,00 €	718.451,66 €	107.263,10 €		X	X
Silves	4605	Carrascal : 8300-010 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano térreo, composto por 1 compartimento destinado a armazém	Armazém Municipal	Armazéns e actividade industrial	1	1	1.920,0000 m²	1.920,0000 m²		555.724,80 €	560.056,01 €			X	X
Silves	4990 - AA	Rua do Castelo, Bairro João José Duarte, Bloco A Lote: 2 : 8300-144 2º andar	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma AA. 2.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal designado por "Bloco A" que é composto pelos lotes 1, 2, e 3, tendo cada lote quatro pisos torneados por cave, Rés-do-chão, primeiro e segundo andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	73,0000 m²	73,0000 m²		23.109,98 €					X
Silves	4990 - S	Rua do Castelo, Bairro João José Duarte, Bloco A Lote: 2 : 8300-144 SILVES cave	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma S, cave. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal designado por "Bloco A" que é composto pelos lotes 1, 2, e 3, tendo cada lote quatro pisos torneados por cave, Rés-do-chão, primeiro e segundo andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	2	49,4600 m²	49,4600 m²		1.565.779,95 €					X
Silves	4990 - X	Rua do Castelo, Bairro João José Duarte, Bloco A Lote: 2 : 8300-144 SILVES 1º andar	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma X, 1.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal designado por "Bloco A" que é composto pelos lotes 1, 2, e 3, tendo cada lote quatro pisos torneados por cave, Rés-do-chão, primeiro e segundo andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	73,0000 m²	73,0000 m²		23.109,98 €					X
Silves	4990 - Z	Rua do Castelo, Bairro João José Duarte, Bloco A Lote: 2 : 8300-144 SILVES 2º andar	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma Z, 2.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal designado por "Bloco A" que é composto pelos lotes 1, 2, e 3, tendo cada lote quatro pisos torneados por cave, Rés-do-chão, primeiro e segundo andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	5	90,0500 m²	90,0500 m²		28.507,58 €					X
Silves	5111	Tapada : 8300-010 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio Urbano térreo destinado ao funcionamento de feiras e exposições com 20 divisões assoalhadas, cozinha, 6 casas de banho, 6 vestíbulos, 3 despensas e marquise.	FISSUL	Serviços	1	20	3.372,0000 m²	3.372,0000 m²		1.789.318,08 €				X	X

ANEXO II
MULTIRRISCOS

Características dos Prédios Municipais												Capital a Segurar			Cobertura Obrigatória	Coberturas Opcionais	
Freguesia	Artigo Matricial	Localização	Tipo de prédio	Descrição	Utilização dada, actualmente, a cada prédio urbano(1)	Afectação	N.º de pisos	Tipologia /Divisões	Área Bruta de Construção (m2) (2)	Área Bruta Privativa (m2)	Meios de protecção (intrusão, incêndio...)	Prédio	Bens móveis	Bens eléctricos e electrónicos	Incêndio	Responsabilidade civil de exploração	Multirriscos
Silves	5128	Rua João de Deus : 8300-161 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar, composto no R/C por 1 divisão, casa de banho e arrecadação e no 1º andar por 1 divisão e 2 casas de banho, destinado ao funcionamento da biblioteca Gulbenkian	Espaço Jovem, Acção Social, Juventude	Serviços	2	2	218,0000 m²	218,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão.	115.679,52 €				X	X
Silves	6068 - F	Cerca da Feira, Bloco C : 8300-118 SILVES 2.º ANDAR	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, 2.º andar. Prédio de r/c e três andares esquerdos e direitos, composto por oito fogos T3.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	57,2000 m²	54,2000 m²		18.108,09 €					X
Silves	6270 - A	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES r/c esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, r/c. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6270 - C	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES 1.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma C, 1.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6270 - D	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES 1.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D, 1.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6270 - E	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES 2.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, 2.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6270 - F	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES 2.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, 2.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6270 - G	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES 3.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, 3.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6270 - H	Bairro da Caixa de Agua Nº: 1 : 8300-012 SILVES 3.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, 3.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal, composto de R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6271 - A	Bairro caixa de Água - Bloco 2 : 8300-012 SILVES r/c esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, bloco 2, r/c. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6271 - C	Bairro caixa de Água - Bloco 2 : 8300-012 SILVES 1.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma C, bloco 2, 1.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6271 - D	Bairro caixa de Água - Bloco 2 : 8300-012 SILVES 1.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D, bloco 2, 1.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6271 - E	Bairro caixa de Água - Bloco 2 : 8300-012 SILVES 2.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, bloco 2, 2.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6271 - H	Bairro caixa de Água - Bloco 2 : 8300-012 SILVES 3.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, bloco 2, 3.º andar. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		27.436,50 €					X
Silves	6285 - A	Bairro da Caixa de Agua Nº: 3 : 8300-012 SILVES r/c esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, n.º 3, r/c. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendamento	Habitação	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		39.195,00 €					X
Silves	6285 - D	Bairro da Caixa de Agua Nº: 3 : 8300-012 SILVES 1.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D, n.º 3, 1.º andar. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendamento	Habitação	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		39.195,00 €					X
Silves	6285 - E	Bairro da Caixa de Agua Nº: 3 : 8300-012 SILVES 2.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, n.º 3, 2.º andar. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendamento	Habitação	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		39.195,00 €					X
Silves	6285 - G	Bairro da Caixa de Agua Nº: 3 : 8300-012 SILVES 3.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, n.º 3, 3.º andar. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendamento	Habitação	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		39.195,00 €					X
Silves	6285 - H	Bairro da Caixa de Agua Nº: 3 : 8300-012 SILVES 3. andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, n.º 3, 3.º andar. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendamento	Habitação	1	4	81,2500 m²	77,4200 m²		39.195,00 €					X
Silves	6286 - A	BAIRRO DA CAIXA DE AGUA II Nº: 4 : 8300-012 SILVES r/c esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, n.º 4, r/c. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	73,4400 m²		27.436,50 €					X
Silves	6286 - B	BAIRRO DA CAIXA DE AGUA II Nº: 4 : 8300-012 SILVES r/c dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma B, n.º 4, r/c. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	73,4400 m²		27.436,50 €					X
Silves	6286 - D	BAIRRO DA CAIXA DE AGUA II Nº: 4 : 8300-012 SILVES 1.º andar dir.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D, n.º 4, 1º andar. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	73,4400 m²		27.436,50 €					X
Silves	6286 - E	BAIRRO DA CAIXA DE AGUA II Nº: 4 : 8300-012 SILVES 2.º esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, n.º 4, 2.º esqº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	73,4400 m²		27.436,50 €					X
Silves	6286 - G	BAIRRO DA CAIXA DE AGUA II Nº: 4 : 8300-012 SILVES 3.º esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, n.º 4, 3.º esqº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	73,4400 m²		27.436,50 €					X
Silves	6302 - B	BAIRRO CAIXA DE AGUA Nº: 5 : 8300-012 SILVES r/c dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma B, n.º 5, r/c dtº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	89,0600 m²	81,2500 m²		30.073,78 €					X
Silves	6302 - C	BAIRRO CAIXA DE AGUA Nº: 5 : 8300-012 SILVES 1.º esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma C, n.º 5, 1.º esqº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	89,0600 m²	81,2500 m²		30.073,78 €					X
Silves	6302 - E	BAIRRO CAIXA DE AGUA Nº: 5 : 8300-012 SILVES 2.º esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, n.º 5, 2.º esqº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	89,0600 m²	81,2500 m²		30.073,78 €					X
Silves	6302 - F	BAIRRO CAIXA DE AGUA Nº: 5 : 8300-012 SILVES 2.º dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, n.º 5, 2.º dtº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	89,0600 m²	81,2500 m²		30.073,78 €					X
Silves	6302 - G	BAIRRO CAIXA DE AGUA Nº: 5 : 8300-012 SILVES 3. esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, n.º 5, 3.º esqº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	89,0600 m²	81,2500 m²		30.073,78 €					X
Silves	6302 - H	BAIRRO CAIXA DE AGUA Nº: 5 : 8300-012 SILVES 3. dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, n.º 5, 3.º dtº. Prédio urbano com 4 pisos, tendo 2 fogos por piso, constituido em regime de propriedade horizontal	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	89,0600 m²	81,2500 m²		30.073,78 €					X
Silves	6338 - B	Bairro caixa de água - Lote: 6 : 8300-012 SILVES r/c dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma B, lote 6, r/c esqº. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6338 - C	Bairro caixa de água - Lote: 6 : 8300-012 SILVES 1.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma C, lote 6, 1.º andar esqº. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6338 - D	Bairro caixa de água - Lote: 6 : 8300-012 SILVES 1.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D, lote 6, 1.º andar esqº. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6338 - F	Bairro caixa de água - Lote: 6 : 8300-012 SILVES 2.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, lote 6, 2.º andar esqº. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6338 - G	Bairro caixa de água - Lote: 6 : 8300-012 SILVES 3.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, lote 6, 3.º andar esqº. Prédio urbano constituido em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X

ANEXO II
MULTIRRISCOS

Características dos Prédios Municipais											Capital a Segurar			Cobertura Obrigatória	Coberturas Opcionais	
Freguesia	Artigo Matricial	Localização	Tipo de prédio	Descrição	Utilização dada, actualmente, a cada prédio urbano(1)	Afectação	N.º de pisos	Tipologia /Divisões	Área Bruta de Construção (m2) (2)	Área Bruta Privativa (m2)	Meios de protecção (intrusão, incêndio...)	Prédio	Bens móveis	Bens eléctricos e electrónicos	Incêndio	Responsabilidade civil de exploração	Multirriscos
Silves	6338 - H	Bairro caixa de água - Lote: 6 Lugar: Bairro caixa de água Código Postal: 8300-012 SILVES 3. andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, lote 6, 3.º andar esqº. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - A	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES r/c esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, n.º 7, r/c. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - B	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES r/c dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma B, n.º 7, r/c. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - C	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES 1.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma C, n.º 7, 1.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - E	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES 2.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, n.º 7, 2.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - F	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES 2.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, n.º 7, 2.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - G	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES 3.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, n.º 7, 3.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6339 - H	Bairro Caixa d Nº: 7 : 8300-012 SILVES 3.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, n.º 7, 3.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - A	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES r/c esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, n.º 8, r/c. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - B	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES r/c dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma B, n.º 8, r/c. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - C	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES 1.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma C, n.º 8, 1.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - D	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES 1.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma D, n.º 8, 1.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - E	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES 2.º andar esq.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma E, n.º 8, 2.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2500 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - F	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES 2.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma F, n.º 8, 2.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - G	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES 3.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma G, n.º 8, 3.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6340 - H	Bairro da Caixa de Água Nº: 8 : 8300-012 SILVES 3.º andar dt.	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma H, n.º 8, 3.º andar. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal composto por R/C e 3 andares	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	4	81,2500 m²	77,2700 m²		27.436,50 €					X
Silves	6495 - A	Bairro Social do Enxerim Nº: 7 R/C: 8300-025 SILVES	Prédio em Regime de Prop. Horiz.	Fracção autónoma A, n.º 7, r/c. Prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, composto por 2 pisos	Arrendado	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	1	T3	94,8000 m²	90,5000 m²		32.012,06 €					X
Silves	6770	Rua Portas de Loulé Nº: 14 : 8300-139 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Edifício composto por 4 pisos, destinado a Museu de Arqueologia, sendo a cave composta por sala de exposições e poço; o R/C por 1 sala de exposições e galeria; o 1º andar por sala de exposições, 2 casas de banho, hall, gabinete de trabalho e sala de conferências e o sotão por espaços de arrecadação	Museu de arqueologia	Serviços	4	5	1.376,0000 m²	688,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão e incendio instaladas em funcionamento.	365.080,32 €				X	X
Silves	6771	Largo António Enes : 8300-108 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano térreo, destinado a Mercado Municipal, composto por 22 lojas, 1 casa de frio, 2 casas de banho, escritório, 4 arrecadações, 2 peixarias, hall central de vendas e 2 páteos cobertos	Mercado Municipal de Silves	Comércio	1	1	1354,0000 m²	1354,0000 m²		391.901,76 €				X	X
Silves	6826	Oliveira e Guerrilha: 8300-038 SILVES	Outros	Prédio urbano composto por parque de máquinas e viaturas, oficina de mecânica, lavagem e lubrificação, casa de guarda e cantl	Parque de Máquins Municipal	Outros	1	3	727,0000 m²	727,0000 m²		385.775,28 €					X
Silves	6846	Centro Cinergético Lugar: Falacho de Cima : 8300-026 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano térreo, composto por 1 quarto, sala, escritório, cozinha, casa de banho, 2 retretes, 2 telheiros, páteo interior e anexo com jaulas para animais, destinado a apoio do Centro Cinegético	Centro Cinegético/Quinta pedagógica.	Serviços	1	1	189,0000 m²	189,0000 m²	Na quinta pedagógica o espaço dispõe de central de intrusão e central incendio, relativamente ao Centro Cinegético o espaço dispõe de central de intrusão e incendio instaladas em funcionamento.	106.559,15 €				X	X
Silves	6885	Enxerim : 8300-025 SILVES	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano, com R/C e 1º andar destinado a Escola Primária, composto por 4 salas de aula, 6 casas de banho, 2 corredores, marquise, cozinha e logradouro	EB 1 do Enxerim.	Serviços	2	4	614,0000 m²	614,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão.	346.176,27 €				X	X
Silves	7043	Largo Eng. Canceia de Abrou	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano térreo destinado a Escola Primária, composto por 5 salas de aula e trabalhos, sala do director e professores, várias instalações sanitárias (3), cozinha, despensa, arrecadação, hall, alpendre e recreio	Escola Pré-Primária de Silves	Serviços	1	6	700,0000 m²	500,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão	371.448,00 €				X	X
Silves	7848	Enxerim: 8300-025	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Prédio urbano destinado a Pré-Primária, composto por 2 salas de aula, sala polivalente, 2 salas de trabalho, instalações sanitárias, cozinha, despensa, sala de professores, arrecadação, jardim e logradouro	Escola Pré-Primária do Enxerim	Serviços	1	4	418,0000 m²	418,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão.	235.670,49 €				X	X
Silves	8362	Rua Serpa Pinto: 8300-183	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Edifício onde estão os serviços de carpintaria	Carpintaria municipal	Armazéns e actividade industrial	2	6	1.434,0000 m²	1.434,0000 m²		440.998,02 €					X
Silves	8363	Rua Serpa Pinto: 8300-183	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Oficina de Serralharia	Edifício da serralharia que está arrendada	Armazéns e actividade industrial	1	4	570,0000 m²	570,0000 m²		82.490,40 €					X
Silves	8939	Parque Ribeirinho de Silves	Prédio em Prop. Total com Andares ou Div. Susc. de Utiliz. Independente	Piscinas Municipais de Silves	Piscinas Municipais de Silves	Serviços	3	15	378,0000 m²	378,0000 m²	Dispõe de central de intrusão e central incendio, estando esta ultima com uma avaria.	213.118,29 €	264.116,20 €	292.545,30 €		X	X
União de freguesias de Algoz e Tunes	435	Gateiras Lugar: 8365-235	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Compõe-se de duas salas, átrios, dois alpendres e instalações sanitárias	Escola Primária de Tunes	Serviços	1	2	165,0000 m²	165,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão	71.138,93 €				X	X
União de freguesias de Algoz e Tunes	998	Rua Dr. Teófilo Carvalho dos Santos: 8365-235	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	composto por 5 salas assoalhadas, páteo interior, instalações sanitárias para homens e senhoras, vestíbulo amplo, arrecadação, salão polivalente, zona de entrada coberta, jardim com a área de 400m2 e logradouro com a área de 1.575m2	Junta de Freguesia de Tunes	Serviços	1	5	300,0000 m²	300,0000 m²		159.192,00 €				X	X

ANEXO II
MULTIRRISCOS

Características dos Prédios Municipais											Capital a Segurar			Cobertura Obrigatória	Coberturas Opcionais	
Freguesia	Artigo Matricial	Localização	Tipo de prédio	Descrição	Utilização dada, actualmente, a cada prédio urbano(1)	Afectação	N.º de pisos	Tipologia /Divisões	Área Bruta de Construção (m2) (2)	Área Bruta Privativa (m2)	Meios de protecção (intrusão, incêndio...)	Prédio	Bens móveis	Bens eléctricos e electrónicos	Incêndio	Responsabilidade civil de exploração	Multirriscos
União de freguesias de Algoz e Tunes	1371	Rua Dr. Teófilo Carvalho dos Santos: 8365-235	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	escola pré-primária de Tunes	escola pré-primária de Tunes	Serviços	1	6	417,0000 m²	377,0000 m²	O espaço dispõe de central de intrusão, relativamente ao incendio dispõe de detetores incendio ligados à central intrusão	248.936,49 €				X	X
Silves		Bairro Habitacional da Estação de Silves		5 Casas n.º 3, 4, 5, 6,7 - Propriedade da Refer, EP		Habitação						0,00 €	de acordo com o protocolo				X
Silves	4511	Largo dos Mártires da Pátria, 2.º andar 8300-114 Silves	Prédio em Regime Prop. Horizontal.	Fracção autónoma C, 2.º andar. Prédio urbano constituído 4 andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	4	2	0,00 €	68,5000 m²	_____	44.163,01 €	____	____		____	X
Silves	4511	Largo dos Mártires da Pátria, 1.º andar 8300-114 Silves	Prédio em Regime Prop. Horizontal.	Fracção autónoma B, 1.º andar. Prédio urbano constituído 4 andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	4	2	0,00 €	68,5000 m²	_____	36.793,75 €	____	____		____	X
Silves	4089	Rua do Correio, Bloco Alegria, 2.º Esq.º., 8300154 Silves	Prédio em Regime Prop. Horizontal.	Fracção autónoma M, 2.º Esquerdo. Prédio urbano constituído 5 andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	5	2	0,00 €	101,0000 m²	_____	67.396,00 €	____	____		____	X
Silves	3922	Rua Serpa Pinto n.º 22, 2.º Dt.º, 8300-114 Silves	Prédio em Regime Prop. Horizontal.	Fracção autónoma E, 2.º Direito. Prédio urbano constituído 4 andares.	Arrendamento de habitação social	Habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados	4	3	0,00 €	75,0000 m²	_____	51.562,00 €	____	____		____	X
Silves		Rua do Castelo	Prédio em Propriedade total	Casa de Chá no interior do castelo de Silves composto por sala de chá, cozinha e WC's	Casa de Chá do Castelo	Comércio	1	1	230,0000 m²	200,0000 m²		315.606,00 €	69.731,02 €			X	X
S.B.M, Algoz, Alcantarilha, Armação Pêra, São Marcos Serra e Silves		Jardim Municipal SBM; Bairro dos Livros de Algoz, Alcantarilha Armação de Pêra, São Marcos Serra e Silves	Outro	Exposição de Rua João de Deus	Exposição composta por 5 estruturas/peças funcionais de madeira tratada em autoclave, com aplicação de painéis de impressão em lona textil, cuja comunicação de conteúdos serão divulgados através da concepção de 10 planos com dimensões 1,5x2mt e outros 10 planos de 0,6x2mt e uma instalação artística, sendo esta peça de fruiçãoconstituída por baloiço, na qual estarão expostos poemas da autoria de João de Deus.	Serviços							50.000,00 €			X	X
Armação de Pêra		Av. Dos Oceanos	Outro	Silo - Estacionamento Público	Estacionamento automóvel	Estacionamneto automóvel	5		13 731,45 m²	500 Lugares	Central de incêndio e extintores	2.331.698,72 €		32.930,40 €		X	X
Silves	P9272	Rua Atrás dos Muros	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Casa Mortuária de Silves	Casa Mortuária de Silves	Serviços	1	2	449,5 m²	295,5 m²		234.917,78 €	15.742,55 €			X	X
Armação de Pêra	P3580	Quinta dos Arcos	Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente	Casa Mortuária de Armação de Pêra	Casa Mortuária de Armação de Pêra	Serviços	1	1	113,5 m²	113,5 m²		67.134,64 €				X	X
												28.288.940,05 €	2.275.423,19 €	1.591.840,63 €			
													3.867.263,82 €				

ANEXO IV

Seguro do ramo multirriscos - Obras de arte

1. Jarrão com tampa – Figuras – Maternidade-------- 800,00 €





2. Terrina e travessa – Renascentista ----------500,00 €



3. Prato quadrado – Xaile preto----------400,00 €



4. Jarra oval – Orquídeas – Moderno ---------- 600,00 €





5. Jarra Rosa – Estilo Sèvres ----------400,00 €




6. Centro de mesa – Clássico Europeu – Pássaros ----------600,00 €




7. Fruteira – Flores – Moderno----------400,00 €




8. Fruteira – Flores e Pássaros----------400,00 €




9. Cachepeau – Estilo Imári ----------600,00 €



10. Terrina azul e branco – Estilo Oriental---------- 600,00 €



11. Jarra oval – Mulher vai à fonte – Moderno---------350,00 €



12. Potiche com tampa – Estilo Imári----------650,00 €



13. Jarra com alças – Clássico Europeu ----------800,00 €





14. Jarra – Base preta – Estilo Flamengo----------450,00 €



15. Centro de mesa, gravado a ouro – Estilo Clássico --------400,00 €





16. Terrina com tampa – Azul e branco – Relevo de Ouro - 600,00 €





17. Jarrão – Estilo Imári----------600,00 €



18. Jarra com figuras – Nus---------- 600,00 €



19. Terrina, flores, canetada a ouro----------800,00 €



20. Terrina azul – Decorada a ouro e prata---------- 600,00 €

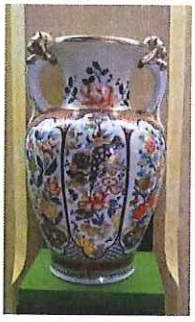


21.Fruteira – Flores – Estilo Sèvres----------400,00 €





22. Jarrão grande com alças (leão) – Estilo Imári---1.000,00 €



23. Bengaleiro, fundo preto – Orquídeas----------600,00 €



24. Jarrão, fundo negra – Leopardo ---------- 600,00 €



25. Prato grande "Preparação para a festa"---------850,00 €



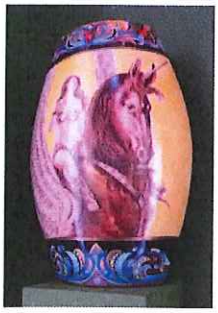
26. Prato grande "Favela-boteco do samba"- -------800,00 €



27.Prato quadrado "Zebras"----------750,00 €



28. Jarra oval – Cavaleiro ---------- 600,00 €



29.Licoreiro, decorado a prata----------250,00 €



30. Prato grande "Janela para o mar"----------600,00 €



31. Jarra oval – Varanda – Moderno ---------- 600,00 €



32. Jarra verde – Estilo Oriental----------300,00 €



33. Bengaleiro – Anjos - Clássico ----------600,00 €



34. Jarrão azul e branco ----------600,00 €



35. Jarrão – Izenyk----------1.000,00 €



36. Prato grande "Compositores do samba"----------800,00 €



37. Prato quadrado " Leopardo – decorado a ouro"------350,00 €



38. Prato quadrado "Cenas africanas"---------- 350,00 €



39. Quadro grande "Natureza morta"----------800,00 €



40.Quadrado grande "Natureza morta"----------800,00 €



41. Quadro "O sábio" Troca com o quadro "O velho em descanso"-- 850,00 €





42. Quadro " Mercado persa"- ---------- 700,00 €



43. Quadro " A vaidade"----------600,00 €



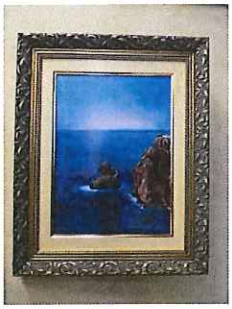
44. Quadro "Meditando"----------600,00 €



45. Quadro "O árabe"----------600,00 €



46. Quadro " Mar azul" ---------- 600,00 €



47. Quadro "O pescador"----------650,00 €



48. Quadro "Jovem loura"---------- 800,00 €



49. Quadro "Carinho de mãe"----------600,00 €



50. Quadro "O velho e o cachimbo" ---------- 800,00 €



51. Quadro "Africana e seu filho"---------- 850,00 €



52. Quadro "Jovem africana"----------750,00 €



53.Prato grande "Tarde romântica"----------680,00 €



SIL VES câmaramunicipal

ANEXO V

Seguro do Ramo Responsabilidade Civil – Animais

Descrição	Número de animais
Póneis	1
Éguas	4
Mulas	1
Burros	4
Burras	2
Vacas Frisadas	2
Vacas Algarvias	1
Boi Algarvio	1
Javalis	2
Porcos Duroc	2
Ovelhas	3
Carneiro	1
Cabras	6
Chibato	1
Faisões	5
Pavões	2
Galinhas	8
Galos	3
Patos	6
Fracas	2
Cães	8
Gatos	24
Gamos	5
Rolas	70
Caturras	2
Piriquitos	44
Programa CED	250 gatos

O Vice Presidente

Mário José do Carmo Godinho

SIL VES
câmaramunicipal

ANEXO VI

Responsabilidade Civil – Parques Infantis

S. Marcos da Serra

1- Parque Infantil (Largo da Igreja)
Equipamento: 1 escorrega, 2 brinquedos de mola.
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor: Lapset

S.B de Messines

1- Parque Infantil do Jardim de S.B de Messines
Equipamento: 1 torre com escorrega e escalada, 1 casinha
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor: sóinca

2- Equipamentos Infantis (Avenida João de Deus)
Equipamento: 2 brinquedos de mola.
Pavimento : Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor: Lapset

3 – Parque Infantil J. Infância
Equipamento: 1 torre com escorrega
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor: sóinca

Algoz

1- Parque infantil de Algoz (Junto à Junta de Freguesia)
Equipamento: 1 torre com escorrega e casinha.
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor: Lapset

Silves

1- Parque Infantil da Zona Ribeirinha de Silves
Equipamento: Torre Castelo, mola, torre casinha, torre escalada
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor: Bricantel

2- Parque Infantil do Enxerim
Equipamento: 1 escorrega com casinha, 2 brinquedos de mola
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor: Soinca

3 - Parque Infantil J. Infância Silves
Equipamento: torre com escorrega
Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto.

Alcantarilha

1- Parque Infantil de Alcantarilha (Junto à Junta de freguesia)

Equipamento: 1 escorrega com casinha, 1 brinquedos de mola

Pavimento : flexível de amortecimento de impacto.

Fornecedor: Lapset

Armação de Pêra

1- Parque Infantil da Frente Mar (Junto ao antigo Casino de Armação de Pêra)

Equipamento: 1 torre, 2 molas e 1 torre com escalada.
Pavimento : Flexível de amortecimento de impacto.
Fornecedor:

2- Parque Infantil da EB1

Equipamento: Suspensões

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor: CITY XXI

Pêra

1- Parque Infantil do Barrocal

Equipamento: Torre Barco, mola

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor: Benito

2- Parque Infantil da EB1 de Pêra

Equipamento: Torre escalada, balancé

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor: Soinca

Tunes

1- Parque Infantil de Tunes

Equipamento: Torre com escorrega, escalada e baloiço

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor: Bricantel

2- Parque Infantil Polo ao Longo da Vida de Tunes

Equipamento: Torre com escorrega

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor: Soinca

3- Parque Infantil EB1

Equipamento: Estrutura de escalada

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto
Fornecedor:

4- Parque Infantil J. Infância

Equipamento: Comboio

Pavimento: Flexível de amortecimento de impacto

Fornecedor: Soinca